



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2011

Secretaria das Cidades - CIDADES

Fortaleza, janeiro de 2012

GOVERNADOR
Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR
Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETARIA DAS CIDADES
Camilo Sobreira de Santana

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO
Ana Lúcia Lima Gadelha

COORDENAÇÃO TÉCNICA SETORIAL
Eleuba Maria O. Magalhães

ELABORAÇÃO
Silviane Torres da Costa
Maria Afonsina Braga Barbosa Lima

EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG
Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Fátima Coelho Benevides Falcão
Francisco José Rodrigues Freire Júnior
Maria Neuman Ribeiro Moreira
Christiane de Sousa Peixoto – Apoio técnico

COLABORAÇÃO TÉCNICA SEPLAG
Antenor Barbosa Filho
Arnaldo Araújo Lima
Maria Carmelita Sampaio Colares
Regis Meireles Benevides

SUMÁRIO

POLÍTICA SETORIAL

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

1.2.2. Influência Produto-Resultado

2. RESULTADO SETORIAL: CIDADES E REGIÕES COMPETITIVAS COM ESTRUTURA URBANA ADEQUADA

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

2.2.2. Influência Produto-Resultado

3. RESULTADO SETORIAL: GESTÃO MUNICIPAL FORTALECIDA

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

3.2.2. Influência Produto-Resultado

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

III. LIÇÕES APRENDIDAS

POLÍTICA SETORIAL

A Secretaria das Cidades foi incluída na estrutura organizacional do Poder Executivo estadual na gestão 2007/2010. Atua em consonância com o Ministério das Cidades no trato da problemática urbana, considerando que este é um grande desafio a ser enfrentado frente à velocidade das mudanças na ocupação sócio espacial do nosso Estado, cuja população passou nas últimas décadas de predominantemente rural para majoritariamente urbana.

Suas atribuições encontram-se consolidadas em um tripé representado pelas políticas de Habitação, Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano. O fortalecimento de regiões estratégicas é uma diretriz que perpassa a execução de todas essas políticas visando compensar a macrocefalia da RMF.

As ações programadas tiveram por meta o alcance dos seguintes resultados estratégicos setoriais: Melhoria das Condições de Habitabilidade, Cidades e Regiões com Estrutura Urbana Adequada e Gestões Municipais Fortalecidas.

Como estratégia de trabalho para viabilizar a execução da programação estabelecida no PPA, foram firmadas parcerias com os governos municipais, associações e representações dos diversos setores da sociedade. Saliente-se, ainda, que os esforços desenvolvidos são sistematicamente pautados em princípios participativos e busca-se o envolvimento da população por meio de audiências públicas, conferências, reuniões e consultas populares.

A Política Habitacional tem por premissa básica o preceito constitucional que considera a habitação um direito do cidadão e tem como meta garantir o acesso a uma moradia digna, de forma prioritária para a população de baixa renda. Compreende-se, entretanto, que o enfrentamento do problema do déficit habitacional não se resume à simples produção ou melhoria de unidades. Incorporam infraestrutura, saneamento ambiental, acessos, mobilidade e cobertura com serviços públicos essenciais, garantindo a seus beneficiários não só o direito a moradia, mas o direito à cidade. Exige, portanto a integração das demais políticas públicas afeitas.

Na implementação da Política Habitacional destaca-se a adesão do Estado do Ceará ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a criação do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS através de lei, a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS e o apoio aos municípios na elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social - PLHIS.

A Política de Saneamento Ambiental segue em nível estadual, os princípios fundamentais das diretrizes nacionais que preconiza a universalização do acesso à água tratada, a coleta e tratamento dos esgotos, a drenagem urbana e a destinação adequada dos resíduos sólidos. Tais serviços devem ser prestados de forma a promover a saúde pública, a proteção do meio ambiente e a consolidar a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação.

As ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário em áreas urbanas são executadas através da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, vinculada a Secretaria das Cidades que atende 150 municípios cearenses. Destaque-se que o papel do Estado é disponibilizar esses serviços, mas que é decisão de cada cidadão a efetivação das ligações de água e esgoto em seus domicílios e sem a qual não é possível alcançar os resultados pretendidos.

Desta forma, compreende-se como de fundamental importância a manutenção e ampliação das ações educativas que informem e esclareçam a população sobre os benefícios socioeconômicos e ambientais da adesão aos serviços.

As ações referentes à destinação final adequada de resíduos sólidos, são desenvolvidas diretamente pela Secretaria das Cidades em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem como principal diretriz a gestão associada dos resíduos sólidos domiciliares através da implantação de aterros sanitários regionalizados e consorciados. Nesse sentido são desenvolvidas duas linhas de ação. A primeira constitui-se no Apoio à Formação de Consórcios Públicos e a segunda, na Elaboração dos Projetos Executivos para a construção dos Aterros Sanitários Regionais.

A **Política de Desenvolvimento Urbano** foi concebida tanto no nível federal quanto estadual para ordenar o crescimento acelerado dos nossos aglomerados urbanos. Os dados referentes à concentração populacional registram que, em 2010, 84% da população do Brasil e 75% da população do Ceará residiam na zona urbana, lembrando que esse processo, por não ter sido planejado ou orientado, resultou em cidades profundamente injustas e desiguais. A atual política busca o alcance da equidade social, maior eficiência administrativa, ampliação da cidadania, sustentabilidade ambiental e resposta aos direitos das populações vulneráveis. Para tanto, são desenvolvidas ações de caráter estruturante e ações de requalificação urbana.

As ações de requalificação urbana são desenvolvidas principalmente com recursos do Programa de Cooperação Federativa – PCF. São obras de natureza diversa, que atendem a demandas locais a exemplo da construção e recuperação de vias e construção ou reforma de equipamentos de uso público tais como praças e mercados.

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%) 2011/2006
CIDADES							
1. Melhoria das condições de habitabilidade							
População de Fortaleza beneficiada com água tratada pela Cagece (%)	97,64	97,80	97,62	97,94	98,29	98,43	0,81
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com água tratada pela Cagece (%)	95,76	96,14	96,40	96,66	96,98	97,07	1,37
População de Fortaleza beneficiada com esgotamento sanitário pela Cagece (%)	49,19	50,56	51,43	52,21	53,60	53,45	8,66
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com esgotamento sanitário pela Cagece (%)	19,22	19,56	20,42	21,18	22,78	22,84	18,83
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	94,70	95,04	96,20	94,43	94,44	96,26	1,65
População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	5,82	5,89	6,12	6,41	6,43	6,88	18,21
Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas	14.639	8.402	11.385	12.560	9.716	14.185	-3,10
Famílias em assentamentos precários (favelas) beneficiadas com urbanização	885	0	540	0	0	0	-100,00
2. Cidades e Regiões competitivas com estrutura urbana adequada							
Municípios com ações de estruturação urbana realizada	19	0	72	91	114	97	410,53
Produtores beneficiados com o fortalecimento dos APLs	(...)	250	1.684	1.868	3.893	3.893	⁽¹⁾ 1.457,20
3. Gestão municipal fortalecida							
Municípios com ações de gestão municipal	82	0	3	9	9	9	-89,02

(1) Variação percentual 2010/2007.

1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Para o alcance do resultado Melhoria das condições de habitabilidade, a Secretaria das Cidades elencou indicadores capazes de acompanhar o desenvolvimento das ações vinculadas à execução das políticas de habitação e saneamento ambiental.

As ações de saneamento ambiental seguem as diretrizes da política nacional para o setor, que preconiza a universalização do acesso à água tratada, a coleta e tratamento dos esgotos e a destinação adequada dos resíduos sólidos. Tais serviços devem ser prestados de forma a promover a saúde pública e a proteção do meio ambiente.

As ações na área habitacional são focadas no atendimento à população de baixa renda e objetivam a produção de unidades de interesse social e a realização de melhorias habitacionais visando eliminar inadequações habitacionais.

A busca por **Melhoria das Condições de Habitabilidade** não se esgota, entretanto, na execução dessas ações. Habitabilidade, segundo o Habitat Brasil, é um conceito amplo e complexo que envolve muitos aspectos que afetam a qualidade da moradia, tais como o tipo de material utilizado para sua construção, área construída, divisões internas e instalações; a segurança da posse da terra; a infra-estrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem e sistema viário; a forma do bairro; a disponibilidade de equipamentos urbanos e de serviços públicos como transporte, segurança; a existência de áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros.

Este resultado encontra-se, portanto, intrinsecamente vinculado a outro indicador de resultado “Cidades e regiões competitivas com estrutura urbana adequada”, também de responsabilidade da Secretaria das Cidades. As ações de estruturação e requalificação urbana desenvolvidas têm impacto direto sobre a Melhoria das Condições de Habitabilidade. O recorte dado é, portanto, puramente analítico e compreende-se a amplitude do conceito ao se afirmar que os esforços despendidos não se restringem a disponibilizar uma casa por família, mas garantir a essa família o direito “à cidade”.

1.1. Evolução dos Indicadores do Resultado Setorial 1

1.1.1. População de Fortaleza beneficiada com água tratada pela Cagece (%)

O indicador refere-se ao percentual da população que reside em Fortaleza, especificamente nas áreas por onde passa a rede de abastecimento de água operada pela Cagece.

Operando desde de 1971, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará- CAGECE, vinculada à Secretaria das Cidades, atende atualmente a 262 localidades com sistemas de abastecimento de água no Estado do Ceará, estando presente em 150 dos 184 municípios cearenses, o que corresponde a 82%. Somente em Fortaleza, a cobertura de abastecimento de água atinge a marca de 98,29%. Considerando todo território estadual, esse índice alcança a 96,98%, representando 4,9 milhões de beneficiados com água tratada em suas residências. Já o índice de cobertura de esgoto no estado é de apenas 37,23%, mostrando que ainda há muito que realizar para se atingir a universalização. Em Fortaleza, o número atinge a marca de 53,60%, representando 1,3 milhão de pessoas com esgotamento sanitário. Em busca da universalização, estão em andamento ações como a construção da Estação de Tratamento de Água (ETA) Oeste, que melhorará o abastecimento de água em Fortaleza, e o Macrossistema de Esgoto da Capital, que permitirá que 235 mil pessoas de 20 bairros das sub-bacias do rio Cocó tenham esgoto em suas residências. Além disso, estão previstas obras de esgotamento sanitário em 17 bairros da sub-bacia do rio Maranguapinho. Paralelamente, no interior, do Estado destaca-se a ampliação do sistema integrado de abastecimento de água na região da Ibiapaba. Todas essas ações têm sido norteadas pelas metas do governo do Ceará, que apontam para a necessidade de universalização dos serviços de água e esgoto, num horizonte de médio e longo prazos.

A análise efetuada no quinquênio de 2006 a 2011, registra variações anuais pouco significativas no atendimento da população de Fortaleza beneficiada com o serviço de abastecimento, com um incremento de 0,81 % no período. É fato que a partir de índice de cobertura elevados, acima de 95%, são menores os resultados mensuráveis provenientes de

novos investimentos, tanto em números absolutos quanto relativos, e que a tendência é realizar esforços crescentes para modernização e melhoria das redes já existentes.

É importante destacar, no entanto, que a variação apresentada significa que, no período analisado (2006-2011), o serviço conseguiu, além de acompanhar o crescimento populacional de Fortaleza, estimado pelo IBGE em 1,3% ao ano, ampliar a cobertura, incluindo mais 125.164 habitantes no rol de consumidores potenciais de água tratada pela Cagece.

Como a cobertura de água no município de Fortaleza pela Cagece encontra-se próxima da universalização desse serviço, os ganhos anuais são resultantes principalmente da manutenção do ritmo de investimento da Companhia. Para tanto, foram investidos no período 2006 a 2011, cerca de R\$ 25,0 milhões em empreendimentos que incluíram; a ampliação do sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana, ampliação do macrosistema de Fortaleza e a recuperação da adutora Aldeota - Mucuripe.

Considerando-se que o indicador refere-se ao benefício da água tratada, é conveniente destacar que o tratamento da água disponibilizada para os usuários da Cagece adequa-se aos padrões de potabilidade, definidos pela portaria N.º 2914 GM do Ministério da Saúde, publicada no DOU em 14 de Dezembro de 2011, que inclui processos de coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção e correção do pH.

A importância do município de Fortaleza no consumo de água tratada destaca-se quando se observa que a cidade em 2011, absorveu 59 % do volume total de água distribuído pela Cagece em todo o Estado.

É interessante destacar também que, segundo os dados do Censo de 2010, o Estado do Ceará apresentava um percentual de 77,22% dos seus domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de distribuição de água, ocupando a quarta posição entre os estados da região nordeste, sendo superado pelos estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte. Comparando este percentual com o registrado no Censo do ano 2000, verifica-se um aumento de 16,42 pontos percentuais no número de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de distribuição de água, um resultado considerado expressivo para a década e superior ao apresentado para o conjunto de estados do Nordeste que foi de 10,22 pontos percentuais e do Brasil que apresentou um incremento de 5,03 pontos percentuais.

1.1.2. População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com água tratada pela Cagece (%)

O indicador refere-se à população dos municípios do interior operados pela Cagece, especificamente nas áreas por onde passa a sua rede de abastecimento de água.

Como mencionado no tópico anterior, dos 183 municípios do interior do Estado do Ceará, a Cagece detém em 2011, a concessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de 149 deles, sendo os demais 34 operados diretamente por 8 Prefeituras Municipais e 26 Serviços Autônomos de Água e Esgoto - SAAEs.

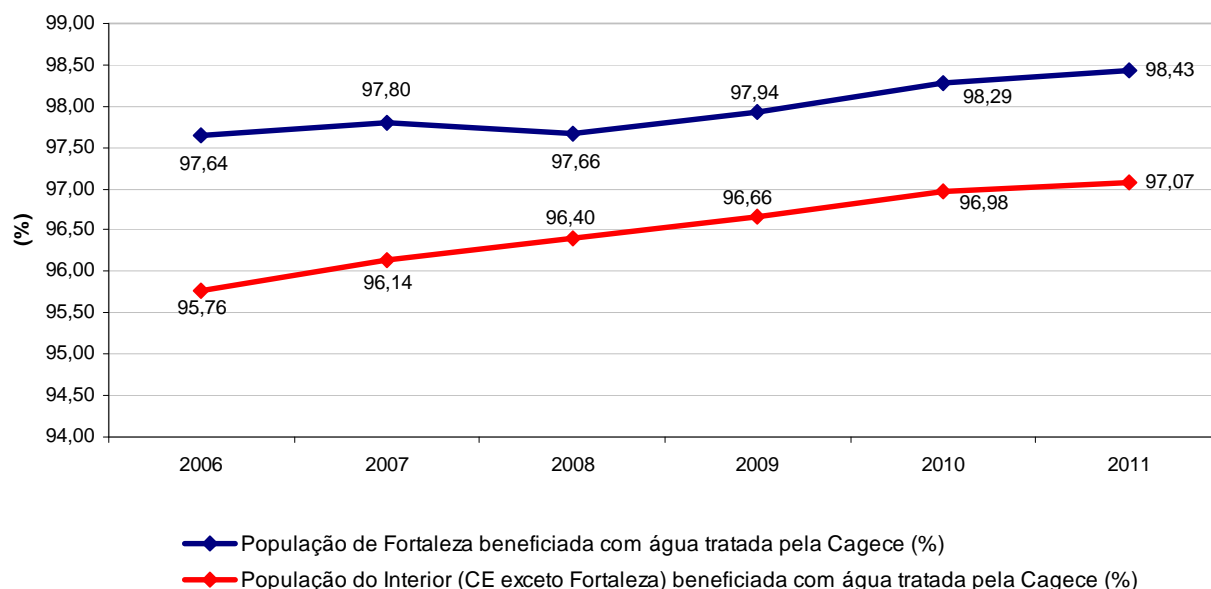
É importante destacar que a Cagece não atua em todas as localidades existentes nos municípios do interior do Estado, onde a Companhia detém a concessão. Em relação a esse aspecto, no período analisado (2006-2011), registra-se um incremento de 24 localidades que passaram a ser beneficiadas, aumentando de 242 em 2006 para 265 localidades em 2011.

Ainda que o percentual de cobertura da população do interior do Estado do Ceará nos municípios operados pela Cagece seja inferior ao observado para Fortaleza no ano de 2011, deve-se destacar que a ampliação dessa cobertura no período analisado (2006-2011) foi superior ao observado para a capital do Estado, representando uma variação de 1,37%.

Ressalte-se que, no ano de 2011, 97,07% dos habitantes das 265 localidades da área de cobertura da CAGECE no interior, foram beneficiados com água tratada, significando que apenas 2,93% não aderiram ao serviço. Isto demonstra que, em sendo ofertada a oportunidade de consumir água tratada, é alto o percentual de domicílios que se conectam à rede de abastecimento e, mesmo com custos adicionais ao orçamento mensal familiar gerado pela cobrança desse serviço, passam a constar na lista de consumidores da Cagece.

Outro aspecto a ser mencionado é que, em termos absolutos, a população do interior coberta com sistema de abastecimento de água operado pela Cagece passou de 2.224.917 habitantes em 2006, para 2.428.701 habitantes em 2011, resultando em um acréscimo de 203.784 pessoas nesse período.

Além da existência e a ampliação da rede, uma das formas de se avaliar a eficiência do serviço de abastecimento de água à população é examinar o volume diário *per capita* da água distribuída por rede geral. Os dados oficiais comparativos registram que no ano de 2008, levando-se em conta o conjunto do País, foram distribuídos, diariamente, , 0,32 m3 (ou 320 litros) por pessoa, média que variou bastante entre as regiões. De fato, na Região Sudeste, o volume distribuído alcançou 0,45 m3 *per capita*, enquanto na Região Nordeste ele não chegou à metade desta marca, apresentando uma média de 0,21 m3 *per capita*. No Estado do Ceará os volumes distribuídos diários per capital no interior foram 0,21 m3 e, em Fortaleza, alcançou 0,26 m3.



1.1.3. População de Fortaleza beneficiada com esgotamento sanitário pela Cagece (%)

O indicador refere-se se ao percentual da população que reside em Fortaleza, especificamente nas áreas por onde passa a rede de esgotamento sanitário operada pela Cagece.

O período de 1996 a 2001 ficou marcado pela execução do Programa Sanear I, que elevou, à época, o atendimento com serviços de esgotamento sanitário para 48,6%. Em 2004 teve início o Programa Sanear II cuja execução deverá se estender até o ano de 2014, quando se espera atingir uma cobertura de 64% da população de Fortaleza.

Especificamente ao período em análise (2006-2011), verificou-se um incremento de 8,66% na cobertura do serviço de esgotamento sanitário de Fortaleza. Este incremento é resultante de vultosos investimentos ocorridos no setor, principalmente através do Programa Sanear II e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Tais investimentos refletem-se não apenas no aumento da população coberta com o serviço, mas também na ampliação do macrossistema - conjunto de tubulações de grande porte, responsável pela destinação final do esgoto.

É importante ressaltar que, para se obter condições sanitárias adequadas, não basta que o esgoto seja coletado por meio de uma rede geral. É necessário que também seja tratado, caso contrário os recursos hídricos ficarão poluídos, propiciando a proliferação de doenças, devido à contaminação da água, causando prejuízo à saúde da população de maneira geral e vitimando mais freqüentemente a população infantil.

Mencione-se que a Cagece é uma das poucas empresas de saneamento do País que trata 100% dos esgotos coletados. Em Fortaleza, na Estação de Pré-Condicionamento de Esgoto (EPC), o processo é feito de forma automatizada. Através dos computadores conectados a sensores inteligentes, a Cagece comanda e monitora, à longa distância, as estações elevatórias que integram o sistema de esgoto convencional de Fortaleza.

A principal modalidade de tratamento de esgoto utilizada pela Cagece é feita por meio de lagoas de estabilização. A água servida é levada para lagoas anaeróbias, facultativas e de maturação. O tratamento é totalmente natural, processado apenas por agentes biológicos, não sendo necessária a adição de produtos químicos.

Concluído esse processo, o esgoto pré-condicionado é lançado ao mar através do emissário submarino, a cerca de 3.500 metros da praia, a uma profundidade de 16 metros, numa área onde as correntes marítimas fazem a autodepuração, ou seja, a completa dispersão do esgoto pré-condicionado, não permitindo o retorno à praia. Isso porque o emissário contém orifícios que fazem a dispersão do fluxo. Esse procedimento segue todas as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, que determina parâmetros e condições de tratamento do esgoto doméstico.

Contudo, verifica-se que ainda existe um longo caminho a percorrer para que Fortaleza obtenha a universalização desse serviço, visto que em 2011 a cobertura da população do município é de apenas 53,45%, o que representa 1.328.317 habitantes com acesso à rede coletora e potencialmente consumidores do serviço. Isso significa que aproximadamente a metade da população urbana não possui rede coletora de esgotos. Para essa área é necessário que sejam elaborados projetos executivos em consonância com os sistemas coletores existentes.

As informações e os dados oficiais (2011) revelam que, pela ausência desse serviço, em Fortaleza, um total de 1.156.841 habitantes continuou fazendo uso da fossa séptica, ou até mesmo despejando seus dejetos em valas, lagoas, rios, no mar ou lançando diretamente no solo.

Segundo dados do Censo 2010 o Estado do Ceará apresentava um percentual de 32,8% dos seus domicílios particulares permanentes ligados à rede coletora de esgoto. O percentual apresentado é inferior ao observado para o conjunto de estados da região Nordeste que tem 34% de seus domicílios particulares permanentes ligados à rede coletora de esgoto, no entanto observa-se que no período 2000 a 2010 o Estado do Ceará ampliou em 10 pontos percentuais essa cobertura enquanto o Nordeste cresceu 7,4 pontos percentuais e o Brasil 6,9 pontos percentuais.

1.1.4. População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com esgotamento sanitário pela Cagece (%)

O indicador refere-se à população dos municípios do interior operados pela Cagece, especificamente nas áreas por onde passa a sua rede de esgotamento sanitário.

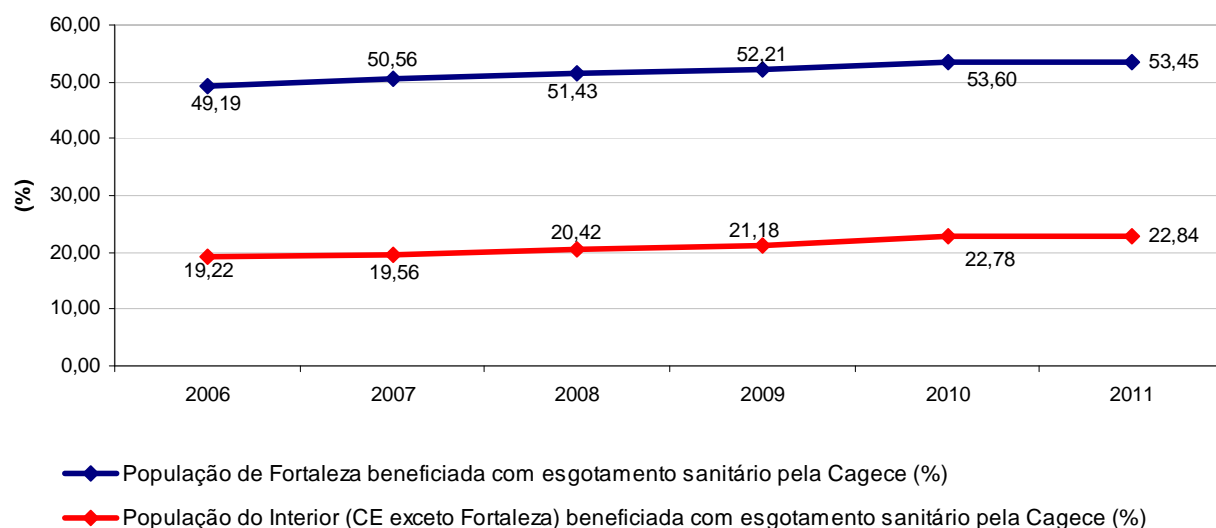
Os esgotos sanitários domésticos são as principais fontes de contaminação dos corpos d'água e do solo. O volume de efluentes lançado constitui expressiva carga de organismos patogênicos que são transmitidos ao homem, por meio de ingestão direta de água não tratada, ingestão de alimentos contaminados ou pela infecção resultante do contato da pele com água ou com o solo contaminado.

No ano de 2011, a cobertura da Cagece nas 265 localidades onde a Companhia detém a concessão do serviço alcançou apenas 22,84% da população residente. Além disto, 84,43% dos imóveis situados na área de cobertura não estão ligadas à rede, visto que o custo adicional ao orçamento mensal advindo da cobrança do serviço inibe a procura pelo mesmo.

Em termos absolutos, a população do interior coberta com sistema de esgotamento sanitário operado pela Cagece passou de 1.188.830 habitantes em 2006, para 1.328.317 habitantes em 2011, resultando em um acréscimo de 139.487 pessoas nesse período.

Um fato fundamental e que não pode deixar de ser mencionado é que a decisão de ligar o domicílio à rede de água ou esgoto é de cada cidadão. Em relação à água, por ser indispensável para a vida, e de difícil acesso principalmente nos aglomerados urbanos, dificilmente a família que dispõe de rede de abastecimento na sua porta, deixa de conectar-se ao serviço. O mesmo não pode ser dito com relação ao serviço de esgotamento sanitário. Seja por desconhecimento das vantagens individuais e coletivas de adesão ao serviço, seja por não possuir renda suficiente para pagamento das tarifas cobradas, parte significativa da população opta ainda por soluções individuais, tais como o uso de fossas sépticas ou outras formas de despejo dos dejetos. Note-se que as pessoas que optam por ligar o esgoto doméstico à rede pública passam a pagar mensalmente por este serviço o mesmo valor que pagam pela água consumida.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNAD existiam no ano 2000, no Estado do Ceará, 94 municípios sem rede coletora de esgoto, em 2008 este número caiu para 56 e destes, cinco ainda lançavam seus esgotos diretamente em corpos d'água.



1.1.5. População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)

1.1.6. População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)

Os indicadores referem-se à proporção de pessoas residentes nas áreas urbanas dos municípios da RMF e dos municípios do interior (CE exceto RMF), beneficiadas com destinação dos resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios da RMF e dos municípios do interior (CE exceto RMF) projetadas para o ano em análise.

No período 2006 a 2011, a cobertura da população urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos apresentou uma variação de 1,65% e a cobertura da população urbana do Interior (CE exceto RMF) uma variação de 18,21%.

A RMF que até o ano de 2010 apresentava uma variação negativa do indicador comparada com o ano de 2006, em 2011 passou a apresentar uma variação positiva comparativamente ao mesmo ano. Em 2006 havia cinco aterros sanitários na RMF e em 2010 os mesmos aterros continuavam em operação. A oscilação na cobertura refletia as variações nas projeções de crescimento populacional e a mudança na conformação da Região Metropolitana de Fortaleza que em 2006 era integrada por 13 municípios e em 2010, com a inclusão dos municípios de Cascavel e Pindoretama, passou a ser composta por 15 municípios.

Em 2011 soma-se aos aterros já computados anteriormente, o aterro sanitário de São Gonçalo do Amarante, construído pela administração municipal e a ampliação na cobertura do aterro sanitário de Pacatuba que passou a receber também os resíduos sólidos dos municípios de Guaíba e Itaitinga. Com esse incremento no número de aterros, a população urbana atual da RMF beneficiada com cobertura desse serviço é de 96,26%.

Nos municípios do interior do Estado, a população urbana beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos apesar de ter variado positivamente, ainda é considerada baixa, ou seja, apenas 6,88% dos habitantes das áreas urbanas dispõem do serviço. Em 2010 existiam em operação apenas dois aterros sanitários situados nos municípios de Jaguaribara e Sobral e, em 2011, foi iniciada a operação do aterro sanitário do município de Lavras da Mangabeira.

Entretanto, a mudança observada entre 2006 e 2011 não corresponde as ações desenvolvidas diretamente pelo Governo do Estado. Nesse período, não houve realização para os produtos Aterro sanitário implantado, Centro de reciclagem implantada e Estação de transferência implantada. Esse fato merece alguns esclarecimentos e uma retrospectiva da ação governamental com relação ao trato desta questão,

Na década de 90, entre os anos de 1991 e 1998, os esforços governamentais relativos ao tratamento dos resíduos sólidos foram direcionados para a RMF, onde se concentrava um maior contingente populacional, e o volume de resíduos gerados exigia solução urgente para a sua correta destinação final. Em 2001, no conjunto de obras destinadas ao reassentamento da população atingida pelas obras do Açude Castanhão, foi construído pelo Estado o Aterro Sanitário de Jaguaribara.

Em 2005 o Estado do Ceará iniciou a formatação de propostas que ao tempo em que solucionassem definitivamente o problema de destinação final de resíduos sólidos das zonas urbanas do Estado, fossem economicamente viáveis considerando o alto custo de operacionalização de um aterro sanitário e suas unidades correlatas.

Em 2006 foram concluídos os estudos que apontaram para a necessidade de construção de 30 aterros sanitários regionalizados. Os aterros sanitários já em operação, Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC, Metropolitano Sul, Sanitário Leste e o de Jaguaribara, receberiam obras de ampliação e/ou melhoria e 26 novos aterros sanitários seriam implantados.

No ano de 2007, baseado nos estudos mencionados, o Estado do Ceará adotou como política de governo, a implantação desses aterros sanitários reunindo 181 municípios e possibilitando a cobertura da quase totalidade das suas áreas urbanas. Os municípios de São Gonçalo, Parambu e Palmácia, optaram por continuar operando de forma local.

O modelo escolhido para implantação e gestão destes aterros e suas unidades correlatas, foi o de Consórcios Públicos, disciplinado pela Lei 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que preserva a autonomia dos entes federados. Este modelo vem se mostrando nas demais regiões brasileiras como o mais eficaz por garantir maior transparência e economia de escala, principalmente para os pequenos municípios que têm escassa arrecadação de recursos.

Ainda em 2007, a Coordenadoria de Saneamento Ambiental da Secretaria das Cidades desenvolveu, juntamente com a FUNASA, o Termo de Referência para contratação dos projetos executivos de aterros sanitários, que serviu de modelo para o restante do País.

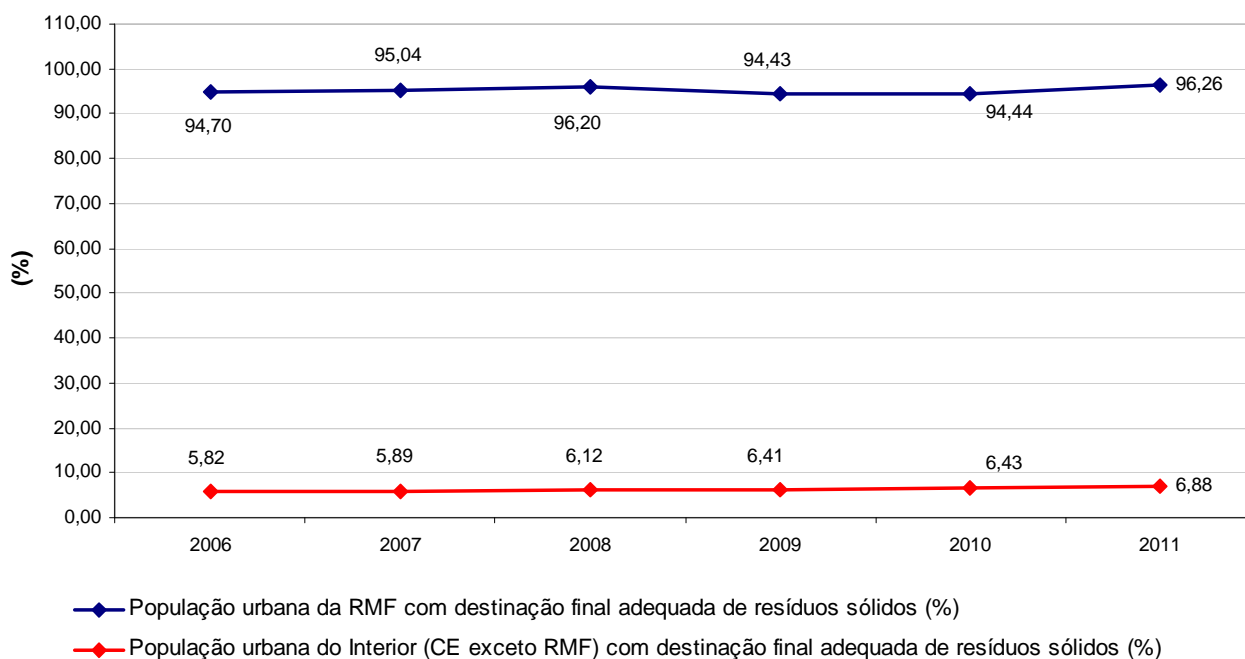
Em 2008 a Secretaria das Cidades contratou empresa de consultoria, visando apoiar os municípios na constituição de 8 consórcios públicos regionais na área de destinação de resíduos sólidos domiciliares, para beneficiar 59 municípios, tendo esse trabalho sido concluído em 2010. Neste mesmo ano, foram contratados serviços para a formação de mais 15 consórcios públicos de resíduos sólidos, com o intuito de beneficiar mais 91 municípios em 2011. No entanto, ao final deste exercício, foram formados 14 dos 15 consórcios previstos, reduzindo-se o benefício para 85 municípios.

Destacam-se ainda no período em análise, as gestões que a Secretaria das Cidades realizou junto a FUNASA no sentido de captar recursos para contratação de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB de 10 municípios da região do Cariri: Altaneira, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Com essas iniciativas, pode-se considerar que o Estado do Ceará vem desenvolvendo ações responsáveis e conseqüentes em relação ao trato dos resíduos sólidos domiciliares gerados em suas áreas urbanas, salientando, no entanto, que essas ações estruturantes, pelas características já explicitadas, não apresentarão resultados no curto prazo.

Considerando que, para o alcance do resultado estratégico setorial em análise é fundamental a verificação de informações referentes à coleta domiciliar de lixo - que se inclui no cálculo do déficit habitacional qualitativo, e, sendo esse serviço atribuição dos governos municipais, serão analisados a seguir os dados do Anuário Estatístico do IPECE, referentes ao período 2006/2009.

No ano de 2006, na RMF, foi registrado um percentual de 6,5% dos domicílios sem coleta domiciliar de lixo adequada e em 2009, este percentual foi reduzido para aproximadamente 4,2%. Este dado, embora demonstre um avanço significativo na cobertura da população com este serviço, evidencia também que em 2009, um total de 42.449 domicílios da RMF, correspondendo a 158.254 pessoas (3,7 pessoas/domicílio), continuavam depositando seus resíduos em vias públicas, terrenos baldios, cursos d'água, etc. Entretanto, nas áreas urbanas dos municípios do interior do Estado, observaram-se ganhos mais expressivos no período. Em 2006, dos domicílios existentes, 12,6% não dispunham de coleta direta ou indireta de lixo, tendo em 2009 este percentual caído para aproximadamente 4,6%.



1.1.7. Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas (nº)

O indicador refere-se ao somatório das famílias beneficiadas com unidades habitacionais (construídas ou permutadas), banheiros, reformas e fogões com eficiência energética.

No ano de 2006, por demanda do Ministério das Cidades, a Fundação João Pinheiro identificou no Estado do Ceará um déficit habitacional de 414.155 unidades, das quais 175.488 situavam-se na RMF. O cálculo realizado identifica como componentes básicos desse déficit a habitação precária, a coabitação familiar e o ônus excessivo com aluguel. Esse número representa a necessidade de construção de novas moradias para o encaminhamento das soluções de

problemas sociais específicos de habitação dado que, aproximadamente 95% das famílias que demandam uma nova moradia têm renda média mensal de até três salários mínimos.

No mesmo documento é abordado o conceito de inadequação habitacional incluindo-se nessa categoria; os imóveis com inadequação fundiária, adensamento excessivo, carência de infra-estrutura e ausência de banheiro. No Ceará, em 2006, foram identificados 76.085 domicílios com inadequação fundiária, 64.678 com adensamento excessivo, 64.290 sem banheiro e 830.610 carentes de infra-estrutura.

Para enfrentamento dessa problemática, durante o período 2007/2011 a Secretaria das Cidades elaborou e desenvolveu projetos que tiveram por objetivo minorar o *déficit* habitacional, com a construção de unidades habitacionais de interesse social e solucionar inadequações habitacionais, por meio da construção de banheiros e fogões com eficiência energética e da realização de melhorias de piso, coberta, paredes, entre outras.

Considerando-se o período 2006/2011, o indicador apresentou uma variação negativa de 3%. Para uma melhor compreensão desse baixo desempenho optou-se, em primeiro lugar, por se fazer uma análise comparativa entre a gestão 2003/2006 e a gestão 2007/2010, dois períodos integrais de governo, e, na seqüência, por uma análise do que foi realizado no período 2007 a 2011.

Na primeira gestão mencionada, foram beneficiadas 23.112 famílias com habitações de interesse social adequadas, sendo 13.089 delas com banheiro, 9.518 com moradia e 505 com reformas. Na gestão 2007/2010 foram beneficiadas 42.063 famílias, sendo 14.977 com banheiro, 6.806 com moradia, 19.559 com fogões com eficiência energética e 721 com reformas., correspondendo a mais de 80% de famílias atendidas na gestão anterior.

Esclareça-se, porém, que 2006, ano base para a análise do resultado setorial do período, constituiu-se em um ano atípico porquanto se obteve mais de 60% do total realizado nos quatro anos da gestão 2003/2006, correspondendo a soma do que foi realizado nos três anos anteriores.

Analisando na seqüência as realizações da gestão 2007/2011 destacam-se as inovações introduzidas no período para o enfrentamento do problema habitacional do Estado e os principais entraves na execução das ações planejadas. Nesse período foram beneficiadas 56.248 famílias com habitações de interesse social adequadas, sendo 12.000 com unidades habitacionais (construídas e permutadas), 16.721 com banheiros, 26.518 com fogões com eficiência energética e 971 com reformas.

No ano de 2007 foram construídas e entregues 1.411 unidades habitacionais, 4.390 banheiros, 2.530 fogões com eficiência energética e realizadas 71 melhorias habitacionais, beneficiando 8.402 famílias com estas ações.

O ano em foco constituiu-se no primeiro da gestão 2007/2010, caracterizando-se como um período onde foram freados os investimentos e concentraram-se esforços na formulação de novas estratégias de trabalho e na captação de recursos externos. Com relação ao resultado setorial em análise, as mudanças mais impactantes foram a criação da Secretaria das Cidades e, sob sua competência, a reestruturação do Programa Habitacional. Havia neste procedimento a determinação do Estado em ajustar-se ao novo modelo implantado no nível do Governo Federal e com isto facilitar as relações institucionais e agilizar os trâmites burocráticos.

As unidades habitacionais entregues nos municípios do interior do Estado foram construídas através do Projeto Construção de unidades habitacionais, em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH. Nesse projeto o

Estado repassa recursos para as prefeituras municipais, visando auxiliá-las a compor a contrapartida dos contratos firmados diretamente por elas, junto a CAIXA, no âmbito do Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social – PSH e do Programa Operações Coletivas – Resolução 460.

No município de Fortaleza, foi dado prosseguimento ao Projeto de Construção de unidades habitacionais em Fortaleza, cujas ações englobam a remoção de populações de áreas ocupadas irregularmente e reassentamento em residenciais urbanizados, a realização de melhorias habitacionais e a urbanização da área desocupada. Esse projeto utiliza recursos do FECOP e da CAIXA captados no âmbito do Programa Pro – Moradia contratado a partir de 2005, para execução dos projetos habitacionais então denominados Canal do Conjunto Ceará - Favela do Capim, Litoral Oeste, Lagoa do Tijolo, Costa Oeste e Farol Novo.

Considerando a importância da construção de banheiros para a população de baixa renda, cuja execução havia sido iniciada na administração anterior, foi dado continuidade à construção de kits sanitários e Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSDs.

Um outro fato verificado, é que 2007 destacou-se como o ano de lançamento do Projeto de construção de fogões com eficiência energética, uma iniciativa de maior importância para o enfrentamento dos problemas gerados para o meio ambiente e a proteção da saúde dos usuários dos fogões à lenha construídos de forma tradicional.

De forma complementar, este projeto ajuda na geração de renda para as comunidades beneficiadas, pois os fogões são instalados por pedreiros dos próprios municípios, ocupando a mão de obra local. Além disso, antes da construção dos fogões são realizadas ações de educação ambiental para conscientização das famílias quanto à importância da preservação do meio ambiente e valorização da caatinga de onde é retirada a madeira para queima nos fogões ecoeficientes.

Ainda em 2007 começou a ser estruturado o Projeto Rio Maranguapinho, o qual foi elaborado com base num esforço concentrado de integração entre diferentes áreas de trabalho da Secretaria das Cidades, visando à resolução definitiva do problema ambiental desse rio e do drama das populações ocupando as suas margens, afetadas periodicamente pelas cheias.

Esse projeto prevê a execução de obras de infra-estrutura de saneamento, a construção de habitações para o remanejamento das famílias em situação de risco, a dragagem da calha do rio, a urbanização de suas margens e a construção de uma barragem para amortecimento das cheias de alta recorrência hidrológica. Para sua execução foram captados recursos federais oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O Estado utiliza para compor sua contrapartida, recursos próprios e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Além do impacto resultante da mudança da gestão, os resultados de 2007 foram afetados em virtude de fatores: modificação na metodologia para construção de unidades habitacionais nos municípios do interior – o Estado que arcava com 90% dos recursos para construção de unidades habitacionais em parceria com os municípios passou a contribuir com um valor fixo por unidade construída para auxiliar as prefeituras nos contratos firmados por elas junto à CAIXA; pela alteração na forma de construção dos kits sanitários (banheiros) - que era realizada mediante contratação direta pelo Estado e passou a ser realizada mediante repasse de recursos para as prefeituras municipais e associações; pelas dificuldades enfrentadas pelos municípios para se adaptarem às novas regras e finalmente, pela

necessidade de reajustamento dos contratos firmados com a CAIXA para as obras localizadas no município de Fortaleza no âmbito do Pro-Moradia.

Em 2008 foram construídas 954 unidades habitacionais, 5.570 banheiros, 4.491 fogões com eficiência energética e foram realizadas 370 melhorias habitacionais. O número total de famílias beneficiadas foi de 11.385, superando em aproximadamente 35% o realizado no ano anterior.

Foi o ano de consolidação das decisões tomadas em 2007. Em respeito ao Sistema Federativo, a Secretaria das Cidades estabeleceu como diretriz de trabalho uma estreita articulação com as prefeituras municipais para garantir direitos e compartilhar responsabilidades. Foi um ano onde foi sentido o “choque de gestão” no que se refere às ações de construção de unidades habitacionais de interesse social e onde foram retomados os investimentos refreados no ano anterior.

Continuou-se a execução do Projeto Construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH, que apresentou um resultado muito abaixo do esperado, com apenas 129 unidades concluídas, e do Projeto Construção de unidades habitacionais em Fortaleza que contribuiu com a execução de 825 unidades habitacionais.

A maior contribuição ao indicador no ano de 2008 foi dada pela construção de banheiros tanto pelas ações do Programa Habitacional, quanto por meio do Programa de Saneamento Ambiental e pela construção de fogões com eficiência energética.

Destaca-se também em 2008 o início da estruturação do Projeto Rio Cocó o qual, segue a mesma linha de trabalho do Projeto Rio Maranguapinho e cujo escopo é formado por um conjunto de ações estruturais e não estruturais na área da habitação de interesse social e de saneamento ambiental, destacando-se a proposição de um novo modelo de gestão e convivência com as cheias do Rio Cocó. Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: obras de controle e amortecimento de cheias, visando diminuir a faixa de inundação do rio e reduzir o número de famílias a serem relocadas; obras de desassoreamento do rio (dragagem); obras de infra-estrutura e saneamento; e, obras de habitação popular, para remanejamento de famílias residentes em áreas de risco ao longo do Rio Cocó. No total serão beneficiadas, aproximadamente 8.315 famílias, das quais 1.649 famílias com novas habitações.

Como destaque do ano de 2008 projeta-se ainda, a criação do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS. Este Fundo tem por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas direcionados à população de menor renda.

Como dificuldades que se apresentaram no ano em análise devem ser citadas o inverno rigoroso de 2008, que colocou muitos municípios em estado de emergência, a morosidade das prefeituras municipais para prestar contas dos recursos repassados pelo Estado e as restrições inerentes a legislação eleitoral em decorrência das eleições municipais.

No ano de 2009 foram construídas 2.286 unidades habitacionais, 1.993 banheiros, 8.030 fogões com eficiência energética, realizadas 11 permutas e 240 melhorias habitacionais. Foram beneficiadas 12.560 famílias, 10,3% a mais do que o obtido no ano anterior.

A maior parte das unidades habitacionais continuou a ser construída no âmbito do Projeto Construção de unidades habitacionais em Fortaleza, e no âmbito do Projeto de construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH.

A permuta de imóveis residenciais foi implantada a partir desse ano, como alternativa para as famílias que residem nas áreas de risco, e que não aceitam serem reassentadas nos residenciais construídos pelo Estado. Para elas, é oferecida a possibilidade de trocarem o imóvel do qual serão removidas, por outro de sua livre escolha e valor compatível com o das unidades residenciais construídas pelo Estado. Como se trata de um benefício semelhante ao reassentamento de famílias em casas construídas pelo Estado, estas foram incluídas a partir do ano em análise, no cômputo de famílias beneficiadas com habitação de interesse social adequada.

Nesse ano de 2009, o Governo Estadual através da Secretaria das Cidades, lançou o Projeto Construção de moradias em parceria com municípios em regime de mutirão (Leilão), de caráter inovador e direcionado para municípios com população até 50 mil habitantes, potencializando os recursos disponíveis para esta finalidade. Através dele foram oferecidos às prefeituras, mediante leilão, recursos para construção de lotes de unidades habitacionais de interesse social.

Arremataram os lotes as prefeituras municipais que apresentaram como contrapartida, os maiores números de unidades a serem construídas com recursos próprios. No leilão o Governo do Estado obteve para a oferta de 3.000 unidades a serem financiadas com recursos do FECOP, um adicional de 2.192 unidades financiadas com recursos das prefeituras contempladas.

Merece destaque em 2009, o encaminhamento e aprovação junto ao Ministério das Cidades, para financiamento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, através do Programa Pró-Moradia, o Projeto Dendê. Este projeto objetiva a inclusão social de famílias que residem na Área de Proteção Permanente - APP do Mangue do Cocó, nas imediações da UNIFOR, em moradias improvisadas, integrando-as ao contexto urbanístico e social da cidade, através do reassentamento em local adequado e dotado de infra-estrutura. O projeto prevê, ainda, a recuperação da faixa de proteção do mangue de forma a garantir sua preservação e possibilitar alternativas de uso e apropriação da área para atividades de lazer; a realização de melhorias habitacionais; a implantação de infra-estrutura e a abertura de ruas possibilitando a circulação de veículos e a prestação de serviços públicos nas áreas já consolidadas. Beneficiará diretamente 3.748 famílias.

Destaque-se ainda no ano em análise o apoio técnico dispensado às prefeituras municipais para elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social - PLHIS.

Em 2010 foram construídas 2.117 unidades habitacionais, 3.024 banheiros, 4.508 fogões com eficiência energética, realizadas 40 melhorias habitacionais e efetuadas 27 permutas no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho. Foram beneficiadas 9.716 famílias, realizando-se 22,6% menos que no ano anterior. A maior frustração originou-se no desempenho do produto Unidades habitacionais construídas que apresentou um resultado muito aquém do esperado. No ano anterior haviam sido desencadeados dois projetos que deveriam apresentar realizações mais expressivas em 2010.

No âmbito do Projeto Maranguapinho contava-se com a conclusão, em 2010, de 2.556 unidades habitacionais situadas nos Residenciais Leonel Brizola, Juraci Magalhães, Miguel Arraes, Raquel de Queiroz e Blanchard Girão, cujas ordens

de serviço haviam sido emitidas em 2008 e 2009. Entretanto, apenas 336 unidades foram concluídas e entregues, tendo o Projeto sofrido o impacto da Operação Gárgula, deflagrada pela Polícia Federal em dezembro de 2009 e encerrada em julho de 2010. Destinava-se a apurar possíveis irregularidades em obras do Programa de Aceleração do Crescimento. Mesmo com a antecipação dos recursos referentes à contrapartida do Estado, não foi possível cumprir o cronograma estabelecido.

O Projeto Construção de moradias, em parceria com municípios em regime de mutirão (Leilão), que havia contratado 4.960 unidades habitacionais em 2009 teve sua execução afetada inicialmente pela morosidade das prefeituras municipais, na apresentação da documentação exigida para a formalização dos convênios e repasse dos recursos. O primeiro convênio foi assinado em janeiro de 2010, porém a maioria dos municípios celebrou convênio entre os meses de março e julho. Como entrave principal, projetou-se a dificuldade das prefeituras municipais em motivar e mobilizar a população beneficiária para o trabalho em mutirão. Assim, apenas 22 unidades habitacionais foram concluídas no ano em análise. Ressalte-se que a maioria das unidades habitacionais foi construída no âmbito do Projeto Construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH.

Ainda em 2010 o Governo do Estado por meio da Secretaria das Cidades, firmou Termo de Acordo e Compromisso - TAC, no Programa Minha Casa Minha Vida, objetivando a substituição de casas de taipa por casas de alvenaria, tendo em vista erradicar a Doença de Chagas.

As unidades habitacionais deste projeto custavam unitariamente um valor de R\$15.000,00 para municípios com população até 20.000 habitantes e R\$18.000,00 para municípios com população acima de 20.000 e até 50.000 habitantes. O Governo Estadual contribuiu com o repasse de R\$3.000,00 por unidade e o valor complementar corresponde ao Ministério das Cidades.

Para execução do projeto foram mantidos entendimentos com gestores de 108 municípios cearenses que atendiam aos critérios da Portaria Interministerial 484, do Ministério das Cidades, objetivando a construção de 4.500 unidades habitacionais. Foi efetivado pelo Governo Estadual o repasse financeiro de R\$13.500.000,00 (100%), para 4 bancos credenciados – Banco Schahin (960), Banco Tricury (930), Banco Bonsucesso (660) e Bicbanco (1.950). O repasse tinha por data limite 5 de março de 2010 e este prazo foi cumprido.

Apenas em outubro de 2010 esta autorização foi emitida para construção de 2.519 unidades habitacionais em 72 municípios. Quem emite a Autorização para Início de Obra (AIO), é o Ministério das Cidades. Em colaboração com a defesa Civil foram construídas no ano em análise 430 unidades habitacionais destinadas às famílias vitimadas pelo rigoroso inverno de 2008.

Destaque-se também no ano em foco, que o Estado do Ceará através da Secretaria das Cidades, obteve a primeira colocação, na categoria Negócios em Conservação, do 15º Prêmio Ford de Conservação Ambiental, pela execução do projeto de construção de fogões com eficiência energética. Esse prêmio é destinado a encorajar projetos de proteção à natureza e à biodiversidade, assim como aqueles ligados ao uso sustentado de recursos naturais no Brasil e constituiu-se no reconhecimento da contribuição do Governo Estadual para a preservação da caatinga.

O ano de 2011 constituiu-se no primeiro da nova gestão e embora tenha havido reeleição do dirigente máximo do Estado, trata-se de um novo governo. A Secretaria das Cidades teve seu secretário e principais assessores substituídos

e novas diretrizes e estratégias definidas. Esse é um processo que implica em uma fase de adaptação e conseqüentemente em um retardo para impulsionar as atividades.

Neste ano foram beneficiadas 14.185 famílias sendo 5.232 com novas unidades habitacionais, 1.744 com banheiros (1.641 com kit e 103 MSD), 6.959 com fogões com eficiência energética e 250 com reformas. Superou-se em 40% o número de famílias beneficiadas em 2010.

Na produção de unidades habitacionais merecem destaque: o Projeto de construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH que possibilitou a construção de 1.858 unidades; o Projeto Minha Casa Minha Vida, que construiu 1.495 unidades habitacionais; o Projeto Rio Maranguapinho, que finalizou 684 unidades e o Projeto Construção de moradias, em parceria com municípios em regime de mutirão (Leilão), que construiu 610 unidades.

O Projeto de construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH executou aproximadamente 75% da meta planejada. Embora em escala bem inferior ao que se observava em anos anteriores, o Projeto continua sendo impactado pela morosidade das prefeituras conveniadas para prestação de contas o que implica em atraso no cronograma de liberação dos recursos a serem repassados pelo Estado e ,conseqüentemente, no atraso no cronograma das obras.

O Projeto Minha Casa Minha Vida, entretanto, superou em 25% a meta pactuada para 2011 e vem se desenvolvendo dentro do planejado.

O Projeto Rio Maranguapinho executou 91% da meta planejada para 2011. Construiu 108 unidades e inaugurou o Residencial Blanchard Girão, construiu 336 unidades e inaugurou o Residencial Juracy Magalhães e construiu mais 240 unidades no Residencial Leonel Brizola, cuja inauguração havia acontecido em 2010. Ainda no âmbito desse projeto foram pagas 553 indenizações.

O Projeto Construção de moradias em parceria com municípios em regime de mutirão (Leilão) apresentou o pior desempenho com relação às metas estipuladas para 2011 (36%). Iniciado em 2009 com um total de 5.192 unidades habitacionais, conveniadas com 34 municípios, teve desde então 10 convênios cancelados implicando em uma redução de 723 unidades. Anote-se que alguns municípios estão desistindo da parceria deste projeto, com a justificativa de não disporem de recursos financeiros para fazerem frente à contrapartida pactuada no Leilão Habitacional.

Outro fato relevante que compromete a execução do projeto é a recorrente morosidade na prestação de contas por parte dos municípios conveniados, prejudicando o repasse dos recursos e impactando o cronograma das obras.

Merece destaque a continuidade do trabalho desenvolvido em parceria com a Defesa Civil que possibilitou a construção, no ano de 2011, de 585 unidades habitacionais destinadas às famílias vitimadas pela cheia de 2008.

A construção de banheiros é efetuada através de dois programas de Governo. No Programa Habitacional é denominado Kit Sanitário sendo financiado inteiramente pelo FECOP e no Programa Saneamento Ambiental tem a denominação de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD, sendo financiado em parte com recursos do FECOP e em parte com recursos da FUNASA.

Em 2011a meta planejada pelo Programa Habitacional foi fortemente impactada por denúncias relativas a irregularidades verificadas no repasse de recursos conveniados com Associações Comunitárias. Por conta disso, no

processo de apuração, foram suspensos alguns convênios e interrompidas algumas ações iniciadas. Como resposta à essa situação e no intuito de dar continuidade à construção de banheiros, encontra-se em fase de elaboração uma nova estratégia que, em substituição a anterior, prevê a contratação de empresa para realização das obras, através de edital.

A meta programada com ações do Programa de Saneamento Ambiental tem sua execução atrelada a outros produtos do Projeto Alvorada tais como, as obras do Sistema de Esgotamento Sanitário e como principais entraves foram citadas as exigências relativas à legislação ambiental e as questões relativas à baixa eficiência da SEMACE, órgão estadual de meio ambiente.

O Projeto de Construção de fogões com eficiência energética teve sua execução impactada pela morosidade na prestação de contas dos recursos repassados em 2010 ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis – IDER, entidade contratada para a construção dos fogões. Apenas em junho foi efetuado o primeiro repasse de recursos do exercício 2011 para a execução de fogões demandados por Prefeituras Municipais e Associações Comunitárias.

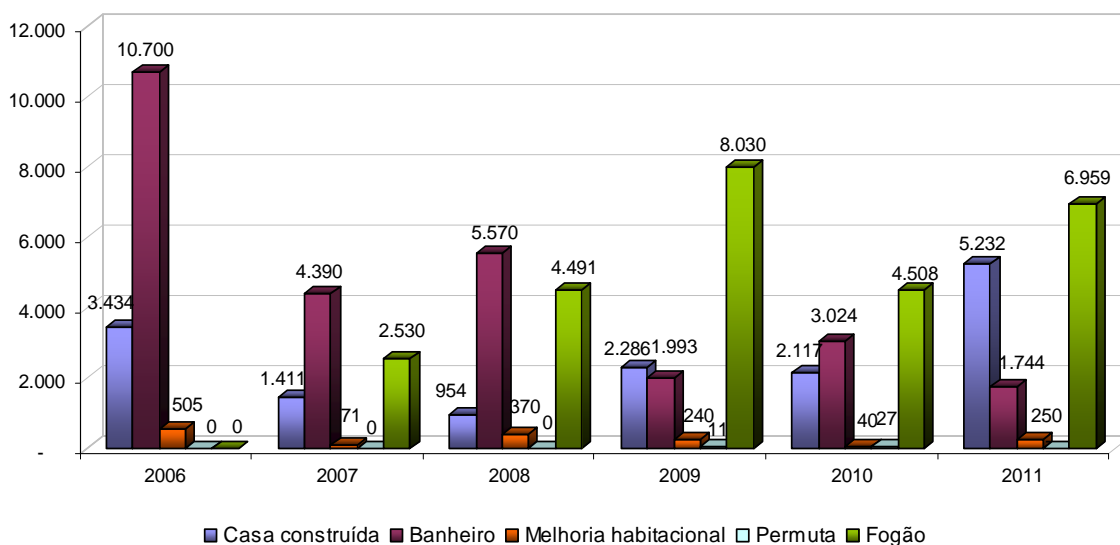
Em 2011, o componente que realiza o Trabalho Técnico Social foi responsável pela capacitação de 7.705 pessoas no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho e Farol Novo, nos temas: Educação Sanitária e Ambiental, Mobilização e Organização Comunitária e Geração de Emprego e Renda.

Como destaque de 2011 tem-se a finalização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS. Esse instrumento deverá orientar o planejamento das ações do setor habitacional de forma articulada com os demais níveis de governo, salientando-se que o Ceará foi o segundo Estado do Nordeste a concluir a elaboração desse Plano.

O PEHIS foi aprovado em 2011 pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e apresentado à sociedade cearense em três eventos realizados na Região Metropolitana do Cariri, na Região Metropolitana de Fortaleza e na Região do Vale do Acaraú.

Registra-se ainda em 2011 o reconhecimento do Projeto Rio Maranguapinho, agraciado com o Prêmio Selo de Mérito, na categoria regional Nordeste, durante o 58º Fórum Nacional de Habitação. O prêmio, promovido pelo Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano – FNSH DU, pela Associação Brasileira de COHABS-ABC e agentes públicos de Habitação, foi uma homenagem às experiências bem sucedidas em melhorias habitacionais e urbanização no Estado do Ceará.

Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas



1.1.8. Famílias em assentamentos precários (favelas) beneficiadas com urbanização (%)

Famílias em assentamentos precários (favelas) beneficiadas com urbanização representam a quantidade de famílias cujo local de moradia é beneficiado com obras de requalificação e que passam a compor de forma regular a malha urbana.

O indicador compõe a Matriz de Resultados da Secretaria das Cidades desde o ano de 2007 e as metas estabelecidas desde então, referem-se às mesmas áreas cujas obras de urbanização ainda não foram concluídas. Considerando o que será exposto a seguir, não foi estabelecida meta para 2011.

As áreas elencadas são integrantes do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Fortaleza, originalmente denominado de Projeto Farol Novo, e perfazem um total de 22 hectares, incluindo: Lagoa do Gengibre (3,62 ha) e Lagoa do Coração (18,38 ha). Esta última engloba as áreas contíguas denominadas das comunidades Joana D'Arc e Aristides Barcelos.

Limitando-se ao enunciado do indicador poder-se-ia concluir que nada foi feito para a urbanização destes assentamentos precários (favelas). Na realidade, a complexidade dos projetos é muito grande e envolvem ações de retirada de famílias e edificações para abertura de sistema viário e criação de espaços públicos. Afora isso, após esta etapa, são executadas obras de pavimentação, passeios, áreas de lazer, drenagem, implantação de rede de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, iluminação pública, paisagismo, entre outras.

Ressalte-se que a retirada de famílias resulta na responsabilidade de reassentá-las em residenciais dotados de toda a infra-estrutura necessária a oferecer uma vida digna e que devem estar situados nas proximidades do local de origem dessas famílias. Implica, também, na desapropriação do terreno onde será erigido o residencial, contratação e execução da obra e remoção das famílias. Este processo, por seu caráter impactante, precisa ser acompanhado em todas as suas etapas por um eficiente trabalho técnico social, que se inicia no diagnóstico da área e cadastramento das famílias residentes e estende-se até a completa adaptação das famílias reassentadas.

Este é o formato atual do Projeto: Urbanização da Lagoa do Coração (18,38 ha) e da Lagoa do Gengibre (3,62 ha). Todo o tempo decorrido desde seu início foi empregado em negociações com a comunidade, com os órgãos ambientais, com associações comunitárias e com instituições públicas as mais diversas. Esta é a razão da meta ser repetida a cada ano. Mencione-se que a capacidade de trabalho da equipe responsável e os recursos financeiros disponíveis seriam suficientes para que esta meta fosse atingida em 2007 ou 2008.

Entretanto, é importante citar as realizações deste Projeto durante o período 2007/2011. Neste período foi iniciado e concluído o Reassentamento Gengibre. Na área da **Lagoa do Coração**, foram removidas e reassentadas 620 famílias, pagas 247 indenizações e realizadas 721 melhorias habitacionais. O trabalho técnico social foi intenso durante todo o período. A remoção das famílias e o pagamento das indenizações possibilitaram a execução dos serviços de demolição dos imóveis, abertura do sistema viário e início do processo de delimitação das vias projetadas com o assentamento dos meios-fios. As obras de terraplenagem e macro-drenagem (galeria) foram iniciadas em agosto de 2010 e encontram-se aproximadamente 80% executadas.

As obras de ampliação do sistema de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário estão com o cronograma atrasado, em razão da desistência da empresa vencedora do certame licitatório realizado pela Cagece. O novo processo licitatório será realizado em 2012. Como os trabalhos são encadeados, este fato impossibilitou o início dos serviços de pavimentação das vias já abertas o qual já se encontra contratado pela Secretaria das Cidades.

Na área da **Lagoa do Gengibre** foi relatada em anos anteriores a necessidade de se remover 32 famílias que estavam destinadas a ocuparem unidades habitacionais a serem construídas no Reassentamento Gengibre, no entanto, essa área onde essas unidades seriam construídas foi invadida e, para solução desse problema, essas famílias foram indenizadas e removidas em 2011. O processo de reintegração de posse das unidades invadidas permanece em andamento na Procuradoria Geral do Estado – PGE e após a sua finalização, caso seja devolvida a posse para o Estado, serão ocupadas por famílias oriundas da Lagoa do Gengibre.

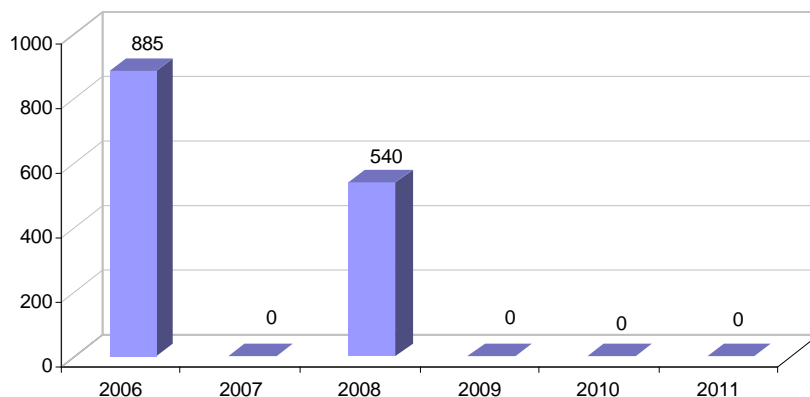
O Projeto teve seu desempenho impactado ainda pela contestação por parte da SEFAZ quanto à liquidação antecipada pelo Estado referente a indenizações de benfeitorias, acordada em 2009, entre a Secretaria das Cidades e a Caixa Econômica, por ocasião de alteração contratual. Este impasse foi solucionado após várias tratativas e autorização expressa do Governador datada de 20.04.2010.

Outro problema grave na área da Lagoa do Gengibre é que as obras de urbanização encontram-se paralisadas desde o início de 2010 em virtude da rescisão do contrato com a empresa vencedora do certame licitatório, por decurso de prazo. Este fato teve, por consequência, a re-invasão de parte da encosta da Lagoa que é Área de Preservação Permanente – APP. Desde então a Secretaria das Cidades aguarda orientações superiores para a solução deste problema.

É importante explicar a origem das 540 famílias residentes em assentamentos precários (favelas) beneficiadas com urbanização no ano de 2008. Tratam-se de famílias residentes no Canal do Conjunto Ceará – Favela do Capim, situada no Bairro Genibaú, em Fortaleza. Este foi um projeto bem mais simples tanto do ponto de vista social como com relação à intervenção física. Iniciado em 2007 incluiu aterramento para elevação da cota do terreno visando evitar futuros

alagamentos, drenagem, recomposição do pavimento das vias de acesso, iluminação pública e construção de praça dotada de equipamentos de lazer.

Famílias em assentamentos precários (favelas) beneficiadas com urbanização



1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Programa Saneamento Ambiental do Ceará (711) – O Programa contribuiu com 8 produtos para o alcance do Resultado Estratégico Setorial 1- Melhoria das condições de habitabilidade. Desses produtos 3 são executados diretamente pela Secretaria das Cidades e 5 são executados pela Cagece.

Os produtos executados pela Cagece são “Ligação domiciliar de água realizada”, (Meta: 30.671; Realizado: 61.723) “Ligação domiciliar de água efetivada” (Meta: 67.847; Realizado: 59.310), “Ligação domiciliar de esgoto realizada” (Meta: 49.948; Realizado: 22.903), “Ligação domiciliar de esgoto efetivada” (Meta: 27.896; Realizado: 19.315) e “Kit sanitário implantado” (Meta: 2.093; Realizado: 103), este último referindo-se às Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD, executadas no âmbito do Projeto Alvorada.

Os produtos executados diretamente pela Secretaria das Cidades, “Aterro sanitário implantado” (Meta: 0; Realizado: 0), “Estação de transferência implantada” (Meta: 0; Realizado: 0) e “Centro de reciclagem implantado” (Meta: 0; Realizado: 0) são relacionados à destinação final adequada de resíduos sólidos e não possuíam meta programada em 2011.

Na análise de desempenho dos produtos em relação às metas foi utilizada a seguinte regra estabelecida pela SEPLAG:

Desempenho positivo: para realização da meta maior ou igual a 70%;

Desempenho neutro: para realização de meta no intervalo maior ou igual a 50% e menor que 70%;

Desempenho negativo: para realização menor que 50% da meta.

Dos 5 produtos executados pela Cagece, 2 apresentaram desempenho positivo, 1 apresentou desempenho neutro e 2 apresentaram desempenho negativo.

Com relação ao produto **“Ligação domiciliar de água realizada”** (Meta: 30.671; Realizado: 61.723), as ações desenvolvidas pela Cagece no período de janeiro a dezembro possibilitaram a oferta de 61.723 novas ligações domiciliares de água, superando em mais de 100% a meta estabelecida para 2011, o que representa um desempenho positivo.

As ações de implantação, ampliação e melhoria da rede de distribuição de água operada pela Cagece em 150 municípios do Estado, possibilitam a inclusão de mais 90.574 habitantes no conjunto de consumidores de água tratada pela Companhia. No entanto, é necessário que o cidadão (consumidor potencial) beneficiado tome a iniciativa e solicite a efetivação da ligação, passando a ser um beneficiário (consumidor efetivo) do serviço.

O realizado do ano em análise deveu-se ao bom desempenho das obras programadas para 2011, sobretudo no âmbito dos Programas PAC e SANEAR II, do Programa Parceria, executado pela da Companhia, em parceria com prefeituras municipais, com recursos do Tesouro do Estado e Cagece, além do contínuo processo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

Destacam-se no ano em análise o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (20.923), Juazeiro do Norte (2.759), Ararendá (2.170), Pacajus (1.727) e Aquiraz (1.504).

Cumprir esclarecer que apesar de a cobertura da população beneficiada em Fortaleza com água tratada pela CAGECE se encontrar próximo à universalização (98,43%), as ligações domiciliares de água realizadas no Município, no ano de 2011, representaram aproximadamente 34% do total de ligações da Companhia em todo o Estado.

Com relação ao produto **“Ligação domiciliar de água efetivada”** (Meta: 67.847; Realizado: 59.310), em 2011, foi executado 87,4% da meta planejada com a efetivação de 59.310 ligações domiciliares de água que beneficiaram 92.329 habitantes e apresentando um desempenho positivo. No nível municipal, os principais incrementos de ligações efetivadas de água foram registrados em Fortaleza (22.786), Juazeiro do Norte (3.049), Ararendá (1.428), Horizonte (1.156) e Eusébio (1.101).

A meta pactuada no início de 2011 foi impactada em razão do atraso na contratação de uma equipe que necessita ser alocada nas Unidades de Negócio para realizar as vendas de ligações de água. O processo licitatório foi previsto para o início do ano, e, no entanto se estendeu até outubro do mesmo ano. A contratação da empresa de terceirização foi realizada em novembro e, em dezembro, foi recrutado o pessoal e iniciado o treinamento. Outro fator que impactou a execução do produto foi o corte no orçamento dos recursos próprios da Companhia que impossibilitou a realização de investimentos que viabilizariam o funcionamento do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Pedra Branca, com 5.500 ligações.

Com relação ao produto **“Ligação domiciliar de esgoto realizada”** (Meta: 49.928; Realizado: 22.903) as ações desenvolvidas pela Cagece no período de janeiro a dezembro de 2011 possibilitaram a oferta de 22.903 novas ligações domiciliares de esgoto, executando 45,9 % da meta planejada para o período o que representa um desempenho negativo.

As ligações efetuadas poderão beneficiar até 23.484 habitantes com serviços de esgotamento sanitário, desde que o cidadão (consumidor potencial) beneficiado tome a iniciativa e solicite a efetivação da ligação, passando a ser um beneficiário (consumidor efetivo) do serviço.

Os recursos que possibilitaram a execução desse produto em Fortaleza foram provenientes principalmente do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, SANEAR II, Tesouro Estadual e recursos próprios da Cagece. No interior podem ser citados ainda os recursos oriundos do PAC/FUNASA. Destacam-se no ano em análise o incremento das ligações de esgoto realizadas nos municípios de Fortaleza (13.799), Crateús (1.877), Bela Cruz (1.082), Caucaia (685) e Poranga (513).

As causas do não atingimento da meta - *ligações domiciliares de água realizadas*, foi relacionada à não conclusão de obras de sistemas de esgotamento sanitário programadas para o ano de 2011, a exemplo da implantação e ampliação do SES de Maranguape, que previam a execução de 2.157 ligações no ano, SES das bacias SE-1 e SE-2, em Fortaleza, que previam a execução de 4.211 ligações no ano e SES das bacias SD-6, SD-7 e SD-8, em Fortaleza, que previam a realização de 4.306 ligações em 2011.

O produto “**Ligação domiciliar de esgoto efetivada**” (Meta: 27.896; Realizado: 19.315), cumpriu 69,2% da meta planejada e beneficiou aproximadamente 30.759 habitantes, apresentando um desempenho neutro, de acordo com os critérios estabelecidos nesta análise.

Os principais incrementos de ligações ativas de esgoto foram registrados em Fortaleza (13.037), Bela Cruz (994), Itapipoca (575), Poranga(493) e Crateús (429). Também nesse caso, a meta foi impactada pelo atraso para contratação da equipe de vendas citada anteriormente.

É sabido que o custo mensal da ligação domiciliar de esgoto, equivalente ao mesmo valor pago pela água consumida, tem peso na decisão do cidadão, para conectar o domicílio à rede coletora de esgotos. Considerando o ônus financeiro mensal proveniente da adesão ao serviço e o desconhecimento dos seus benefícios individuais, sociais e ambientais, é preciso para melhoria do desempenho do produto, que sejam desenvolvidas intensas campanhas de conscientização junto à população e de incentivo à adesão, com a cobrança de tarifas sociais compatíveis com a renda dos mais carentes.

Outro fator que dificulta a adesão ao serviço, principalmente por parte da população mais pobre, é o custo da ligação intradomiciliar. Ligar instalações sanitárias à rede geral de esgoto implica por vezes em quebrar boa parte do piso da residência e o desconforto de seus moradores por todo o tempo em que a obra está sendo realizada. Pra quem vive de salário mínimo é um investimento alto. Após todo este processo é preciso arcar ainda com os custos da interligação.

Em 2011, a não realização da campanha de gratuidade para interligações foi citada pela Cagece como um dos entraves para o alcance da meta programada.

O produto “Kit sanitário implantado” (Meta: 2.093; Realizado: 103) é executado no âmbito do Projeto Alvorada, com recursos da FUNASA e do FECOP. Assume nesse Projeto a denominação de Melhoria Sanitária Domiciliar – MSD. Executou apenas 5% da meta programada o que representa um desempenho negativo.

A meta programada tem sua execução atrelada a outros produtos do Projeto Alvorada tais como as obras do Sistema de Esgotamento Sanitário e como principais entraves foram citados as exigências relativas à legislação ambiental e a eficiência do órgão estadual de meio ambiente. Pode ser considerado ainda como entrave, a morosidade no início das obras que só aconteceram a partir do segundo semestre e a alegativa das empresas contratadas com relação à dificuldade na locação e mão de obra qualificada em todas as localidades contempladas com MSDs.

Os 03 produtos executados diretamente pela Secretaria das Cidades, “Aterro sanitário implantado”, “Estação de transferência implantada” e “Centro de reciclagem implantado”, conforme mencionado anteriormente, não tinham metas estabelecidas para 2011.

Desde a primeira versão da Matriz de Resultados elaborada para a Secretaria das Cidades em 2007, as metas anuais desses produtos têm sido zero. A implantação desses produtos envolve a elaboração de estudos, planos e projetos complexos e de maturação de longo prazo. Envolve também intensas articulações do Governo do Estado, principalmente com os Governos Municipal e Federal.

Em 2006 foi finalizado o Plano de Gestão de Aterros Sanitários Regionais. Esse plano identificou a necessidade de construção de 30 aterros sanitários regionais. Desses trinta aterros, quatro já haviam sido construídos por iniciativa do Governo do Estado e cedidos para uso dos municípios de Caucaia, Aquiraz, Maracanaú e Jaguaribara.

Conforme indicado no Plano de Gestão de Aterros Sanitários Regionais, o Estado tem pautado sua atuação no apoio a formação de consórcios públicos municipais para a implantação desses equipamentos. Em 2010 por iniciativa do Estado, foram formados 8 consórcios reunindo 59 municípios para a gestão de aterros sanitários regionais com sedes em Camocim, Crato, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Pacatuba, São Benedito, Sobral e Tauá. Em 2011 foram formados 14 consórcios públicos de resíduos sólidos para as regiões de Aracati, Cascavel, Acaraú, Itapajé, Itapipoca, Pacajus, Canindé, Crateús, Nova Russas, Quixadá, Ipu, Assaré, Icó e Milagres, que reúnem 85 municípios.

Acrescentando-se os 4 consórcios públicos formados por iniciativa das Prefeituras Municipais de Paracuru, Baturité, Pedra Branca e Viçosa do Ceará, que reúnem 25 municípios, registra-se até 2011, a formação de 26 consórcios públicos reunindo um total de 169 municípios.

Como etapa subsequente à formação dos consórcios, o Governo do Estado vem atuando na elaboração de projetos executivos de aterros sanitários e suas unidades correlatas. Encontra-se em elaboração 8 projetos executivos de aterros sanitários que serão sediados nos municípios de Paracuru, Crato, São Benedito, Camocim, Sobral, Icó, Milagres e Pedra Branca e que deverão beneficiar um total de 67 municípios.

Em 2011 foram captados recursos para a elaboração de projeto executivo de aterros sanitários para as regiões de Limoeiro do Norte, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e para as regiões de Aracati, Acaraú e Tauá, por meio do PAC 2 – Grupo 2, que deverão beneficiar um total de 27 municípios.

Em relação a esses três produtos a Secretaria das Cidades registra a existência, em 2011, de 9 aterros sanitários em operação no Estado, credenciados pela SEMACE: o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC, que

também atende o município de Fortaleza; o Aterro Sanitário Leste, localizado em Aquiraz, que atende também o município de Eusébio; o Aterro Sanitário de Horizonte; e o Aterro Metropolitano Sul, localizado no município de Maracanaú, que atende também o município de Maranguape, o Aterro Sanitário de São Gonçalo do Amarante, o Aterro Sanitário de Pacatuba que atende também os municípios de Guaíba e Itaitinga, o Aterro Sanitário de Jaguaribara; o Aterro Sanitário de Sobral, que atende também o município de Meruoca, e o Aterro Sanitário de Lavras da Mangabeira. Segundo a Superintendência Estadual do Meio Ambiente existem em operação em todo o Estado mais de 200 lixões., constituindo-se, portanto, em um grande desafio a ser enfrentado.

Registre-se que, segundo o conceito de Habitabilidade, do Projeto Habitat Brasil, esses três produtos não influenciam diretamente na melhoria das condições de habitabilidade. De fato, esse conceito não cita a destinação final adequada dos resíduos sólidos domiciliares como um dos componentes. No entanto considera a coleta domiciliar de lixo, que é competência do município.

Por fim, os produtos **Aterro sanitário implantado, Centro de reciclagem implantada e Estação de transferência implantada** contribuem para a melhoria de uma infra-estrutura urbana adequada e são fundamentais para a saúde e a qualidade ambiental, dotando as cidades e regiões de condições propícias para atração da população de outros municípios e de Fortaleza.

Portanto, reiterando o comentário dos relatórios de desempenho setorial de 2009 e 2010, esses três produtos estão mais adequados ao resultado estratégico 2: Cidades e Regiões competitivas com estrutura urbana adequada, do que ao resultado estratégico 1 Melhoria das condições de habitabilidade.

Programa Habitacional (222) – O Programa Habitacional apresenta 6 produtos na Matriz de GPR para o alcance do Resultado Estratégico Setorial 1: Melhoria das condições de habitabilidade.

Quatro destes produtos contribuem para o indicador de resultado **“Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas”**, enquanto os outros dois contribuem para o indicador de resultado **“Famílias em assentamentos precários (favelas) beneficiadas com urbanização”**. Seguem comentários relativos à cada um deles:

O produto **“Unidade habitacional construída”** (Meta: 6.200; Realizado: 5.232), atua com foco na diminuição do *déficit* habitacional quantitativo. Este produto é medido por dois indicadores: **“Nº de unidades habitacionais construídas na RMF”** (Meta: 1.522; Realizado: 1.495), que obteve em 2011, um alcance de 98% da meta anual programada; e **“Nº de unidades habitacionais construídas no interior”** (Meta: 4.678; Realizado: 3.737), com execução de 80% do previsto. No cômputo geral, com a construção de 5.232 moradias, o produto realizou 84,4% da meta prevista, tendo, portanto alcançado desempenho positivo.

Em 2011 a meta da RMF foi estipulada tendo por base o que havia sido planejado para esse ano no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, do Projeto Construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH e do Projeto Construção de moradias em parceria com municípios em regime de mutirão (leilão).

O Projeto Rio Maranguapinho apresentou um desempenho considerado excelente realizando aproximadamente 90% da meta anual planejada. Foram concluídas e entregues 684 unidades, sendo 108 do Residencial Blanchard Girão, 240

unidades que concluíram o Residencial Leonel Brizola e 336 unidades do Residencial Juraci Magalhães. É importante ressaltar que foram emitidas ordens de serviço para mais 3 residenciais – Lupe de Paula (69 unidades); Eleazar de Carvalho (696 unidades) e Aldemir Martins (608 unidades), que totalizam 1.373 unidades a serem entregues em 2012.

O Projeto Construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH executou 38% da sua meta anual. Apenas 148 das 387 unidades programadas para esse ano foram construídas e entregues. Tal fato, como citado anteriormente, é reflexo fundamentalmente, da morosidade das prefeituras conveniadas na apresentação das prestações de contas dos recursos repassados pelo Estado.

O Projeto Construção de moradias em parceria com municípios em regime de mutirão (leilão) superou em 51% a meta planejada e construiu 530 unidades no município de Horizonte.

A meta estipulada para o interior do Estado em 2011 teve como base a programação anual do Projeto Construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH, do Projeto Construção de moradias com apoio financeiro do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e do Projeto Construção de moradias em parceria com municípios em regime de mutirão (leilão).

O Projeto Construção de unidades habitacionais em parceria com municípios através da Resolução 460 e PSH programou a construção de 2.091 unidades e obteve uma realização de 1.710 unidades, o que representa 81,8% da meta anual planejada. As causas desse desempenho são as mesmas apresentadas para as metas da RMF.

O Projeto Construção de moradias com apoio financeiro do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV tem sua atuação focada em municípios do interior do Estado e superou com folga a meta projetada para o ano em análise.

O desempenho do Projeto Construção de moradias em parceria com municípios em regime de mutirão (leilão) o pior desempenho, em relação aos demais projetos, com uma realização de apenas 6% da meta estipulada para o interior do Estado em 2011. Conforme o enunciado em etapa anterior desse trabalho, o projeto tem sido impactado pela recorrente morosidade na prestação de contas dos municípios conveniados.

Os produtos **“Fogão com eficiência energética construído”** e **“Kit sanitário implantado”** contribuem para diminuição das inadequações habitacionais.

O produto **“Fogão com eficiência energética construído”** (Meta: 9.000; Realizado: 6.959), realizou em 2011, 77,3% da meta anual programada apresentando um desempenho positivo. O total planejado não foi alcançado devido à morosidade do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis – IDER na prestação de contas dos recursos repassados em 2010. Apenas em junho de 2011 foi efetuado o primeiro repasse de recursos para a execução de fogões demandados por Prefeituras Municipais e Associações.

Este produto foi acompanhado por dois indicadores: “Nº de unidades (kits sanitários) construídas na RMF” (Meta: 635; Realizado: 80), que obteve em 2011, um alcance de 12,59% da meta anual programada e, portanto um desempenho negativo; e “Nº de unidades (kits sanitários) construídas no interior” (Meta: 2.870; Realizado: 1.561), com realização de 54,39%, o que reflete desempenho neutro do indicador. No geral, foi planejada, a construção de 3.505 unidades sendo realizado apenas 1.641 unidades, ou seja, 46,81% do total previsto, sendo considerado pelo critério adotado, desempenho negativo.

Vale lembrar que em 2011 a meta planejada foi fortemente impactada por denúncias relativas a irregularidades no repasse de recursos conveniados com associações comunitárias. No processo de apuração foram suspensos alguns convênios e interrompidas algumas ações iniciadas.

O produto “**Pessoa capacitada**”, realizado no âmbito do Trabalho Técnico Social, executado junto às comunidades beneficiárias dos projetos de habitação de interesse social, atua como suporte que dá sustentabilidade aos empreendimentos voltados para a melhoria das condições de habitabilidade. Não contribui diretamente para alterar o número de famílias beneficiadas, mas sua ação é de fundamental importância para que os benefícios gerados pela ação pública sejam apropriados pelos seus beneficiários.

O produto é acompanhado por dois indicadores: “Nº de Pessoas capacitadas” (Meta: 16.702; Realizado: 7.705), com realização de 46,1% da meta anual planejada, apresentando, portanto um desempenho negativo; e “Nº de capacitações realizadas” (Meta: 132; Realizado: 226), com superação da meta prevista em 71,2% teve desempenho positivo. Desta forma, pode-se considerar um desempenho neutro para o produto “Pessoa capacitada”.

As ações em 2011 foram desenvolvidas no âmbito dos Projetos Farol Novo e do Projeto Rio Maranguapinho. No Projeto Farol Novo foram capacitadas 3.825 pessoas em 108 atividades, sendo 860 pessoas em 28 atividades de Educação Sanitária e Ambiental; 1.045 pessoas em 44 atividades de Geração de Emprego e Renda; e 1.920 pessoas em 36 atividades de Mobilização e Organização Comunitária.

No Projeto Rio Maranguapinho foram capacitadas 3.880 pessoas em 118 atividades, sendo 860 pessoas em 22 atividades de Educação Sanitária e Ambiental; 160 pessoas em 6 atividades de Geração de Emprego e Renda; e 2.860 pessoas em 90 atividades de Mobilização e Organização Comunitária.

Ainda no âmbito desse Projeto foram realizadas 14 reuniões com as famílias beneficiadas com habitações de interesse social, executadas 2.052 visitas domiciliares e realizados 2.880 atendimentos ao público.

Os dois produtos que contribuem para o resultado “Famílias em assentamentos precários (favelas) beneficiadas com urbanização”, são: “Assentamento precário (favela) urbanizado” e “Indenização paga”.

O produto “Assentamento Precário (favela) urbanizada”, que tem como indicadores o “Nº de áreas urbanizadas” (Meta: 0; Realizado: 0) e “Superfície (hectare) beneficiada” (Meta: 0; Realizado: 0), não registrou meta planejada para 2011.

As duas áreas relacionadas que constam na Matriz de Resultados desde sua versão de 2007 integram o Projeto Farol Novo: Lagoa do Gengibre (3,62 ha) e Lagoa do Coração (18,38 ha), que compreende as áreas contíguas Joana D’Arc e Aristides Barcelos. Foram trabalhadas por todo o período analisado, porém as ações nelas desenvolvidas não podem ser quantificadas neste documento e só terão visibilidade ao final da execução do projeto. Os produtos conforme os enunciados são complexos, de desenvolvimento lento e por isto, ano após ano, apresentam resultados nulos por referirem-se ao todo, não evidenciando as partes que o compõem. A urbanização de uma área de ocupação irregular consolidada, conforme explicitado em etapa anterior deste documento, é um trabalho de médio ou longo prazo.

O produto “Assentamento precário (favela) urbanizada” concorre também para a melhoria das condições de habitabilidade, na medida em que as ações executadas para a obtenção do mesmo resgatam para a cidade a parte do tecido urbano ocupada de forma irregular. Trata-se de uma iniciativa de grande importância, porquanto beneficiam tanto

as famílias alocadas como as famílias residentes na área da intervenção, foco das ações de urbanização, com a sua inclusão na cidade “legal”.

O produto “*Indenização paga*” (Meta: 555; Realizado:553), com a realização de 99,6% da meta prevista para 2011 teve desempenho positivo. Vale ressaltar que embora seja este produto de fundamental importância para possibilitar a realização dos demais produtos, não significa que somente o fato das famílias receberem indenizações por terrenos e/ou benfeitorias possam ser incluídas no rol de Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

1.2.2 Influência de Produtos Sobre o Resultado

No sentido de aferir o Resultado Estratégico 1: Melhoria das condições de habitabilidade, a Secretaria das Cidades elencou 8 indicadores de resultado aos quais estão vinculados 14 produtos que contribuem com níveis diferentes de intensidade para o seu alcance.

Em primeiro lugar é importante ressaltar que este Resultado Estratégico Setorial está vinculado ao Resultado Estratégico de Governo “Saúde descentralizada e com qualidade”. Segundo Cohen SC, do ponto de vista do paradigma do ambiente como determinante da saúde, a habitação se constitui em um espaço de construção e consolidação do desenvolvimento da saúde. A família tem na habitação seu principal espaço de sociabilidade, transformando-a em um espaço essencial, veículo da construção e desenvolvimento de uma vida saudável. A habitação é entendida, desta forma, como a ação do *habitat* em um espaço que envolve o elemento físico da moradia, a qualidade ambiental neste espaço construído, no seu entorno e nas suas inter-relações.

Considerando como válido o conceito de habitabilidade enunciado no início desse documento, várias ações desenvolvidas pela Secretaria das Cidades contribuíram para melhorar as condições de habitabilidade da população cearense, no entanto será analisado com este foco, apenas o desempenho dos indicadores de produtos vinculados a esse indicador de resultado na Matriz de Resultados Estratégicos.

Dos oito indicadores de resultado elencados seis tiveram uma variação positiva e dois uma variação negativa no período em análise.

Os indicadores relacionados ao saneamento ambiental – abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação final adequada de resíduos sólidos, apresentaram variações positivas no período 2006/2011 e são de fundamental importância para melhoria das condições de habitabilidade da população do Estado como um todo. O indicador relacionado à Construção e Melhoria de Unidades Habitacionais de Interesse Social apresentou variação negativa no mesmo período, cuja justificativa já foi exposta nesse documento, porém as ações desenvolvidas ampliaram significativamente o número de famílias beneficiadas. O indicador referente às famílias residentes em assentamentos precários beneficiadas com urbanização, apresentou a pior variação do período em análise e isso significa que as duas áreas trabalhadas ainda não tiveram suas intervenções integralmente concluídas.

Podem-se inferir pelo comportamento do conjunto de indicadores de resultados setoriais que foram alteradas de forma positiva as condições de habitabilidade da população do Estado do Ceará.

Dos 14 produtos acompanhados, 8 encontram-se vinculados ao **Programa Saneamento Ambiental (711)** e 6 ao **Programa Habitacional (222)**. Em 2011, apresentaram desempenho positivo os produtos: “Ligação domiciliar de água realizada”, “Ligação domiciliar de água efetivada”, “Unidade habitacional construída”, “Fogão com eficiência energética

construído” e “Idenização paga”; com desempenho neutro, o produto “Ligação domiciliar de esgoto efetivada”; com desempenho negativo os produtos “Ligação domiciliar de esgoto realizada”, “Kit sanitário construído” e “Kit sanitário construído (MSD)”. Os produtos, “Aterro sanitário implantado”, “Estação de transferência implantada”, “Centro de reciclagem implantado” e “Assentamento precário (favela) urbanizado”, não apresentaram metas para 2011.

Como se observa no parágrafo anterior, pode-se considerar que os produtos referentes ao Programa Saneamento Ambiental, embora em alguns casos apresentem desempenho negativo ou neutro, são vinculados a indicadores de resultado setorial que mantêm variação positiva em comparação ao ano base. No caso da “cobertura com serviços de água e esgoto realizados pela Cagece” o crescimento se deve, em parte, à fórmula de cálculo adotada para os indicadores e, no caso dos serviços relacionados à destinação final de resíduos sólidos, pelas realizações de gestões municipais e oscilações nas populações da RMF e do Interior no período analisado.

Por outro lado, os produtos referentes ao Programa Habitacional embora em parte tenham apresentado desempenho positivo não conseguem alcançar um desempenho suficiente para alavancar o indicador para uma variação positiva dado que o ano base apresentou realizações em um volume completamente atípico nesse aspecto.

2. RESULTADO SETORIAL: CIDADES E REGIÕES COMPETITIVAS COM ESTRUTURA URBANA ADEQUADA

O conceito de competitividade, implícito no resultado setorial em análise, tem um caráter eminentemente econômico. Pode ser entendido como um esforço para fortalecer as cidades e regiões do interior do Estado, visando fazer frente ao poder aglutinador da Região Metropolitana de Fortaleza. Pretende-se com as ações desenvolvidas estruturar e qualificar os espaços urbanos, tornando-os de uso agradável e ao mesmo tempo incentivar o desenvolvimento endógeno das cidades, prestando apoio técnico e financeiro a produtores locais. Com isso, espera-se um aumento sustentado dos níveis de bem-estar dos seus habitantes, e conseqüentemente, a redução do fluxo migratório para a RMF. De forma paralela são desenvolvidos esforços para corrigir distorções no processo de uso e ocupação do solo da RMF, buscando um resgate sócio-ambiental de seus espaços urbanos.

Deve-se ressaltar que as desigualdades regionais, teoricamente, podem ser resultantes de fatores locacionais ou da dotação de cada uma delas com recursos naturais, a exemplo, da disponibilidade de água e da existência de terras férteis. No entanto, apresenta outros fundamentos de natureza política, econômica e social.

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.1.1. Municípios com ações de estruturação urbana realizada (%)

O indicador *Municípios com ações de estruturação urbana realizada* remete à realização de obras que possam contribuir para atração de investimentos e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

É importante ressaltar que, por vezes, uma obra pontual de grande porte, como a construção de uma via ou de um centro de convenções, pode interferir fortemente em uma cidade ou região, mudando o seu perfil e influenciando no rumo do seu desenvolvimento. Por isso, este tipo de intervenção isolada foi considerada como uma ação de requalificação urbana, pela dificuldade de mensurar os impactos resultantes de cada uma delas.

Com caráter tecnicamente estruturante, a Secretaria das Cidades desenvolve cinco projetos que não são visualizados de forma integral e articulada na Matriz de Resultados Estratégicos. Suas ações são executadas através de vários Programas Finalísticos e suas realizações aparecem de forma pontual e dispersa nos resultados setoriais.

Direcionados especificamente à RMF tem-se o Projeto Rio Maranguapinho, o Projeto Rio Cocó e o Projeto Dendê.

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Foi negociado junto ao Governo Federal em 2007 e conta com recursos do Tesouro do Estado, FECOP e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui a construção de uma barragem para controle e amortecimento de cheias; desassoreamento do rio - dragagem; obras de urbanização e saneamento; obras de habitação de interesse social, para remanejamento de famílias vivendo em áreas de risco ao longo da calha do rio e a realização do trabalho técnico social para a condução desse componente do projeto.

Até o ano de 2009 foi efetuado o detalhamento dos projetos executivos, solicitadas as licenças oficiais, efetuados estudos locais e conduzidos os demais trâmites burocráticos para a contratação de obras e serviços. Em 2010, o Projeto começou a apresentar seus primeiros resultados. Até 2011 foram executadas aproximadamente 99% das obras da barragem, 19% dos serviços de dragagem, 67% dos serviços de monitoramento arqueológico, ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de diversos trechos, iniciadas as obras de urbanização de suas margens e implantação do sistema de abastecimento de água. As ações de remoção e reassentamento das famílias de sua área de abrangência foram citadas anteriormente.

Ainda em 2011, foram assegurados recursos do PAC 2 para complementação das obras de urbanização das margens do Rio Maranguapinho em trechos que não haviam sido contemplados na negociação anterior.

O Projeto Rio Cocó teve sua estruturação iniciada em 2008 e tem por área de intervenção os municípios de Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga. É financiado por meio de Contrato de Empréstimo obtido junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no âmbito do Programa Saneamento para Todos e do Contrato de Repasse do Ministério das Cidades com recursos provenientes do OGU/PAC. Constitui-se de uma combinação de intervenções que incluem obras de controle e amortecimento de cheias visando diminuir a faixa de inundação do rio e reduzir o número de famílias a serem relocadas; obras de desassoreamento do rio - dragagem; obras de infra-estrutura; urbanização de suas margens; saneamento; obras de habitação popular, para remanejamento de famílias que vivem em áreas de risco e Trabalho Técnico Social.

Em 2010 deu-se início às intervenções do Projeto com o monitoramento arqueológico, dragagem do rio e obras de ampliação de sistemas de esgotamento sanitários. Em 2011, foi elaborado um novo projeto para a barragem, porque o projeto existente demonstrou-se inviável devido à complexidade das interferências previstas no seu escopo e o seu alto custo; a dragagem do rio foi paralisada pela necessidade de ajustes no projeto e foram executados 14% dos serviços de monitoramento arqueológico. O Projeto Executivo da urbanização foi entregue à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em dezembro de 2009 e, desde então, encontra-se em análise.

O Projeto Dendê tem por área de intervenção a comunidade do Dendê, localizada no município de Fortaleza, bairro Edson Queiroz e teve seu Termo de Abertura elaborado em fevereiro de 2011. O Projeto será executado com recursos repassados ao Governo do Estado do Ceará mediante Contrato de Empréstimo no âmbito do Programa Pro - Moradia II, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e contrapartida do Estado do Ceará.

Constitui-se na retirada das famílias que ocupam a área de preservação do mangue do Cocó e as áreas a serem destinadas a uso público, reassentando-as no residencial a ser construído para essa finalidade; urbanização com alargamento e abertura de vias e criação de espaços de convivência; construção de equipamentos comunitários; implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; recuperação da faixa de preservação do mangue do Rio Cocó e realização do Trabalho Técnico Social.

Em 2011 foram concluídos os Projetos Executivos de Reassentamento e de Urbanização iniciados em 2010, os quais se encontram em análise na CAIXA ECONÔMICA. O Projeto de Trabalho Técnico Social foi 10% executado, correspondendo ao cadastro socioeconômico das famílias.

Com foco no fortalecimento de regiões estratégicas, a Secretaria das Cidades inscreve o Projeto Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará, cuja área de atuação é a região do Cariri Central e o Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará II direcionado as regiões da Ibiapaba (Sobral) e Baixo Jaguaribe/Litoral Leste.

O Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central é formado por três Componentes: Qualificação Territorial, Inovação e Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs e Gestão Regional e Fortalecimento Institucional. Tem como objetivos específicos melhorar a infra-estrutura urbana, promover o desenvolvimento econômico e ampliar a capacidade de gestão regional do Cariri Central.

No ano de 2009 foram superados, tanto junto à instituição financiadora - BIRD, quanto junto ao Governo Federal, todos os trâmites institucionais, técnicos e burocráticos condicionantes da assinatura do empréstimo. Foi um ano pleno de ações de mobilização e de celebração de acordos de cooperação e formação de arranjos institucionais. Deve-se destacar neste ano o desenvolvimento de atividades de divulgação e articulação intra e interinstitucionais, voltadas a consolidar o Geopark Araripe como importante destino científico/turístico para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental de base sustentável do Cariri.

Para avaliar-se a importância dessa ação deve ser destacado que o Geopark Araripe foi reconhecido pela UNESCO em 2009 como o primeiro Geopark das Américas. Localizado na Chapada do Araripe, está implantado em uma região com achados geológicos e paleontológicos com registros entre 110 milhões e 70 milhões de anos, em excepcional estado de preservação e rica diversidade paleontológica. Possui mais de um terço de todos os registros de pterossauros descritos no mundo, mais de 20 ordens diferentes de insetos e a única notação da interação inseto-planta.

Em fevereiro de 2010 foi dada a ordem de serviço para a construção da Sede do Geopark e durante todo o ano foram desenvolvidas atividades voltadas para sua consolidação como instrumento indutor do turismo na região. Merece destaque a publicação do livro “Geopark Araripe: Uma pequena história da evolução da vida, das rochas e dos continentes” e o desenvolvimento de ações educacionais e científicas direcionadas para seus visitantes.

No âmbito do Projeto foram elaborados também em 2010 o Projeto Executivo da Avenida de Contorno (Juazeiro do Norte-CE) o Projeto de Esgotamento Sanitário da sub-bacia do bairro Seminário (Crato-CE), o Projeto de Infraestrutura dos Geossítios do Geopark Araripe e o Projeto Gráfico de Publicação de Documento do Geopark Araripe.

Em 2011, registrou-se a conclusão da Sede do Geopark, a execução de 50% da obra de complementação do Centro Multifuncional de Serviços, situado no município de Juazeiro do Norte, e 40% das obras de requalificação das praças centrais, no município do Crato.

O Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará II é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com contrapartida do Governo do Estado e encontra-se em fase de elaboração de estudos, planos e diagnósticos. Foi também estruturado em três componentes: desenvolvimento urbano e infra-estrutura física, fortalecimento e modernização dos Arranjos Produtivos Locais - APLs e fortalecimento institucional. Utilizou, para a definição da sua área de atuação, a estruturação espacial e regional proposta pelos estudos contidos no documento “Reduzindo a Pobreza Através do Desenvolvimento Econômico do Interior do Estado”, o qual identifica as bases do sistema urbano estadual através de uma Divisão Política do Estado do Ceará. Dentro dessa divisão, a região do Baixo Jaguaribe se destaca pela presença de três municípios-pólo: Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte. Com relação à região do Vale do Acaraú, as ações serão concentradas no município de Sobral.

O indicador “Municípios com estruturação urbana adequada” apresentou em 2011 uma variação de 410,53% em comparação ao ano de 2006. Os produtos elencados para o alcance desse indicador referem-se em princípio a ações de requalificação urbana, mas deve-se considerar a ressalva feita no início dessa análise. Dentre as obras executadas merecem destaque: a pavimentação de ruas e avenidas, que contribuem para melhoria dos acessos facilitando o transporte das pessoas e a circulação de bens e mercadorias; a construção e recuperação de praças e parques urbanos; as obras de recuperação de margens de recursos hídricos e a construção ou reforma de edificações públicas, onde se destacam os mercados públicos e os equipamentos de uso administrativo dos governos municipais.

No ano de 2006, foram executadas neste ano 19 obras e a estratégia adotada para execução dessas obras era o repasse de recursos através de convênios firmados com as prefeituras municipais. As obras a serem executadas eram definidas mediante solicitação dos seus gestores e pagas com recursos do Tesouro do Estado.

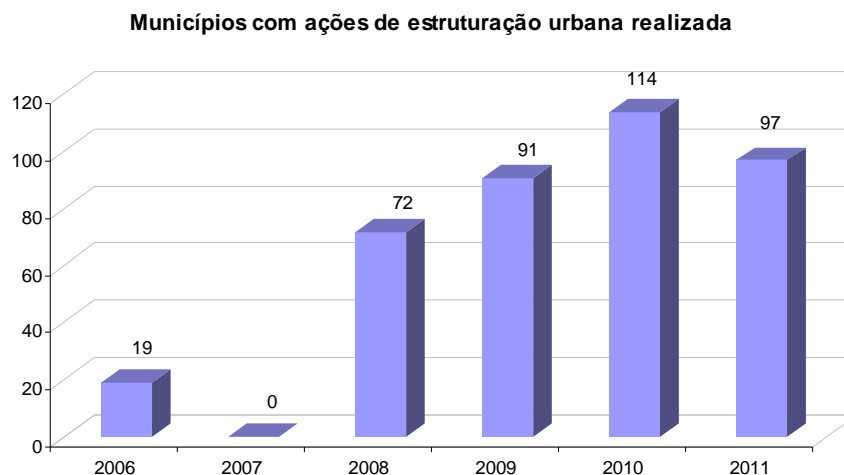
Em 2007, foi reavaliada essa estratégia de trabalho e em 23 de agosto de 2007, através do Decreto Nº 28.841, foi instituído o Programa de Cooperação Federativa. Com este Decreto as obras passaram a ser, em sua maioria, executadas através de Termos de Ajuste firmados com as prefeituras municipais e contando com o apoio dos parlamentares estaduais e federais, que através do Pacto de Cooperação Federativo-PCF, alocam recursos para a realização das mesmas. Muitas obras foram iniciadas nesse ano, porém não houve tempo hábil para conclusão de nenhuma delas.

O ano de 2008 já apresentou resultados positivos, demonstrando a eficiência da nova metodologia para captação de recursos. Foram realizadas mais que o dobro das obras planejadas para o ano e beneficiados 72 municípios.

Em 2009, apesar de ser impactado pela posse dos novos gestores, o indicador obteve um desempenho que superou a meta anual em 43% com a realização de 149 obras beneficiando 91 municípios.

Em 2010 estimou-se a realização de 121 obras de requalificação urbana e foram realizadas 365 superando em 202% a meta anual e beneficiando 114 municípios.

No ano de 2011 as metas estabelecidas para o indicador foram partilhadas entre o Programa Estruturação e Requalificação Urbana e Programa Desenvolvimento Econômico Regional Cidades do Ceará – Cariri Central, tendo sido beneficiados 97 municípios.



2.1.2. Produtores beneficiados com o fortalecimento dos APLs (%)

São considerados “Produtores beneficiados com o fortalecimento dos APLs”, aqueles que integram os projetos produtivos que receberam apoio financeiro ou técnico através da Secretaria das Cidades.

O apoio aos Arranjos Produtivos Locais- APL é considerado pelo Ministério da Integração Nacional como um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e renda para a estratégia de redução das históricas desigualdades regionais brasileiras. Tem fundamentos apoiados na Teoria do Desenvolvimento Endógeno – ou do Desenvolvimento Local, como é também conhecido.

É considerado teoricamente como APL, um espaço construído histórica, econômica e socialmente, composto de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local. A proximidade física permite que os laços de confiança e cooperação entre os agentes se estreitem. Desta maneira, abrem-se espaços para a criação de parcerias entre as empresas (ou produtores) por meio de associações e consórcios. Estas, ao compartilharem da qualificação de mão de obra, da compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, serviços especializados de logística etc., estão obtendo acesso a competências que individualmente não alcançariam e que lhes proporcionam eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade.

O indicador apresentou no período em análise uma variação percentual de 1.457%. Este cálculo, diferentemente do efetuado para os demais indicadores, foi feito tendo por base o ano de 2007. No ano de 2006, com a assistência da extinta Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SCLR foram apoiados 38 APLs, até então denominados de Núcleos Setoriais, porém não se tem registro do número de produtores apoiados.

No ano de 2007 os esforços foram direcionados para concepção e modelagem de um novo processo de seleção dos projetos produtivos a serem apoiados financeiramente pelo Estado com recursos do FECOP. Decidiu-se pelo lançamento de Edital, visando dar maior visibilidade aos critérios de seleção e maior democratização no acesso aos recursos. Este foi um processo inovador e que demandou praticamente um ano até sua conclusão em meados de 2008.

Ainda em 2007, pelo Decreto Nº 28.810, foi constituído o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará (NEAAPL-CE). Coordenado pela Secretaria das Cidades, o Núcleo é composto por 26 instituições governamentais e não-governamentais e tem por missão “Coordenar ações de fortalecimento e sustentabilidade dos arranjos produtivos locais do Ceará”. Constitui-se em um importante instrumento do Estado para articulação junto ao Governo Federal – MDIC, das ações referentes à política pública nacional de apoio aos APLs. Nesse ano, continuou-se apoiando alguns projetos já iniciados e foram beneficiados 250 produtores.

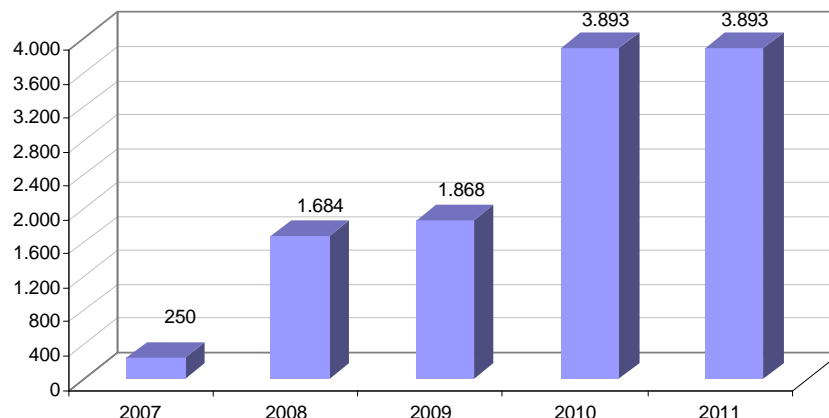
Em 2008, foram apoiados 16 APLs através do NEAAPL-CE, e a partir do meio do ano foram apoiados outros 24 projetos selecionados através do I Edital de Apoio a Projetos Produtivos, beneficiando um total de 1.684 produtores. O trabalho foi impactado pela dificuldade dos responsáveis pelos projetos apoiados em prestarem contas conforme as exigências legais. Considerando o início tardio do repasse dos recursos necessários ao desenvolvimento dos projetos selecionados no I Edital, este trabalho estendeu-se até 2009.

No ano de 2009, aos 24 projetos selecionados no I Edital e apoiados desde 2008, foi acrescido mais um em razão da oportunidade de melhor aproveitar a aplicação dos recursos. Foram apoiados também 12 projetos priorizados junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC e 05 projetos conveniados com o Ministério da Integração, totalizando 42 APLs apoiados. Foram beneficiados 1.868 produtores. No final de setembro de 2009 foi lançado o II Edital de Apoio a Projetos Produtivos.

Em 2010 os resultados obtidos apresentaram-se expressivos porquanto foram apoiados 82 Arranjos Produtivos Locais e beneficiados 3.893 produtores. Tal desempenho foi facilitado pelas diferentes formas de apoio empregadas. Assim, foram beneficiados: os produtores pertencentes aos 25 APLs, selecionados no I Edital que já tinham recebido todo o valor conveniado, com apoio técnico por meio de visitas, , garantindo a sustentabilidade dos investimentos realizados; os produtores de 5 APLs, assistidos pelo NEAAPL-Ce, apoiados com capacitação, e, por último, beneficiaram-se financeiramente os produtores dos 52 APLs selecionados no II Edital, que passaram a receber os valores conveniados.

Em 2011, a Secretaria das Cidades registrou o apoio a 80 Arranjos Produtivos Locais – APLs. Os 25 Arranjos Produtivos Locais selecionados através do I Edital e os 04 Arranjos Produtivos Locais apoiados pelo NEAAPL-CE, receberam apenas apoio técnico; os 51 Arranjos Produtivos Locais selecionados através do II Edital receberam apoio técnico e financeiro. No total foram beneficiados 3.893 produtores, o mesmo número obtido no ano anterior.

Produtores beneficiados com o fortalecimento dos APLs



2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Programa Estruturação e Requalificação Urbana (002) – O programa contribui com três produtos para o alcance do resultado estratégico **Cidades e Regiões competitivas com estrutura urbana adequada**: “*Obra urbana implantada*”, “*Edificação pública construída*” e “*Edificação pública reformada*”. No conjunto foi planejada a execução de 276 obras no âmbito desse Programa e realizadas 195 obras o que representa um desempenho de aproximadamente 70,7%, podendo ser considerado como positivo.

Do total das 195 obras realizadas, 148 foram feitas por meio de Termo de Ajuste – PCF e 47 por meio de convênios com prefeituras municipais, beneficiando 96 municípios. É importante destacar que as demandas para realização de obras a serem construídas com recursos do PCF são encaminhadas para a Secretaria das Cidades, com a intermediação da Casa Civil, sendo que a maioria foi encaminhada apenas no segundo semestre de 2011. Por tratar-se do primeiro ano da nova gestão houve necessidade de analisar com maior rigor os pleitos encaminhados pelos municípios, compatibilizando-os com as novas estratégias de governo. Com relação às obras realizadas mediante convênio houve atraso na liberação dos recursos a serem repassados pelo Estado, atrasando a execução das mesmas.

Especificamente os três produtos tiveram os seguintes desempenhos:

“*Obra urbana implantada*” (Meta: 242; Realizado: 179), com alcance de 74,0% do previsto, teve desempenho positivo; “*Edificação pública reformada*” (Meta: 22; Realizado: 8), atingindo 36,4% da meta programada e tendo, desta forma, desempenho negativo; e “*Edificação pública construída*” (Meta: 12; Realizado: 8), executou 66,7% do previsto, configurando desempenho neutro.

Além disso, em 2011, foram executadas obras de requalificação urbana no âmbito do **Programa Cidades do Ceará (223)** que não tinha metas pactuadas para esse exercício. Foram reformadas duas praças no município do Crato, que embora não tenham sido acrescentadas ao produto “*Obra urbana implantada*”, contribuíram para o alcance do resultado setorial em análise.

Programa de Desenvolvimento e Integração Regional (523) – O Programa contribui com quatro produtos para o alcance do resultado estratégico Cidades e Regiões competitivas com estrutura urbana adequada. Trata-se de “Capacitação realizada”, “Arranjo Produtivo apoiado”, “Evento realizado” e “Evento apoiado”.

O produto “Capacitação realizada” medido pelo indicador “Nº de produtores capacitados” (Meta: 90; Realizado: 234), apresentou excelente desempenho em 2011 tendo superado a meta prevista em 160%.

Foram beneficiados produtores dos APLs de Artesanato, Piscicultura, Aqüicultura, Cajucultura e Redes de Dormir e abordados os temas Gestão de Negócios, Beneficiamento de Peixe Associado a Questões Ambientais, Bordado e Criação de Coleção, Boas Práticas Industriais e Boas Práticas de Fabricação. Foi ministrado um total de 382 horas/aula.

Os APLs receberam ainda em 2011, um total de 177 visitas técnicas tendo em vista o acompanhamento da execução físico-financeira dos projetos produtivos, o fortalecimento da gestão dos projetos, orientações relacionadas a licenças ambientais, procedimentos para a prestação de contas e captação de recursos, identificação de demandas para capacitação, além da realização de reportagens sobre as experiências exitosas de três APLs (Associação Comunitária dos Moradores de Palmeira, em Beberibe; APL de Móveis, em Marco e APL do Grupo das Costureiras e Artesãs, em Paracuru).

O produto “Arranjo Produtivo apoiado” (Meta: 104; Realizado: 80), atingiu 76,9% da meta estimada para o ano podendo ser considerado com desempenho positivo. A realização incompleta da meta foi consequência de erro na definição da mesma. Na realidade, houve múltipla contagem de APLs que seriam beneficiados com apoio técnico em diferentes atividades de capacitação. Não fora isso, o produto atingiria 100% da meta planejada.

Os produtos “Evento realizado” (Meta: 1; Realizado: 3), e “Evento apoiado” (Meta: 5; Realizado: 4), apresentaram um desempenho de 300% e 80%, respectivamente com relação à meta anual planejada. Foram realizados diretamente pela Secretaria das Cidades dois seminários de Avaliação de Projetos Produtivos e uma Missão Técnica com um total de 156 produtores beneficiados e apoiados quatro eventos beneficiando 250 produtores.

2.2.2 Influência de Produtos Sobre o Resultado

Para verificação do alcance do Resultado Estratégico 2: Cidades e Regiões Competitivas com Estrutura Urbana Adequada, foram relacionados dois indicadores os quais contribuem de forma paralela para o resultado de governo Redução das Desigualdades Regionais.

Tanto o indicador “Municípios com ações de estruturação urbana realizada” como o indicador “Produtores beneficiados com ações para fortalecimento dos APLs” apresentaram variações positivas no período 2006 a 2011, podendo-se inferir que contribuíram efetivamente para o alcance de resultado estratégico ao qual encontram-se vinculados.

Todos os produtos que contribuem para o alcance do indicador “Municípios com ações de estruturação urbana realizada” embora tenham executado individualmente um quantitativo de obras inferior ao planejado, se deram em número expressivo exercendo um impacto positivo nas cidades beneficiadas. A intensidade dessa influência, no entanto, precisa ser avaliada em estudos específicos, porém de forma empírica pode-se observar um melhor aparelhamento dos núcleos urbanos de médio porte do Estado do Ceará no atendimento das necessidades de seus

habitantes, notadamente naqueles municípios que foram também beneficiados entre 1995 e 2003 através do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos – PROURB.

Os produtos que contribuem para o alcance do indicador “*Produtores beneficiados com ações para fortalecimento dos APLs*”, também tiveram desempenho bem acima da média. Foram desenvolvidos grandes esforços para dotar as cidades e regiões de uma base sustentável para o desenvolvimento local e regional. São atividades econômicas que se consolidam e todo um contingente populacional que se empodera dos rumos do seu desenvolvimento garantindo desta forma sustentabilidade a ação pública.

3. RESULTADO SETORIAL: GESTÃO MUNICIPAL FORTALECIDA

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

O resultado estratégico em análise encontra-se vinculado, exclusivamente ao Programa Cidades do Ceará I. Conforme apresentado no corpo deste documento, podem-se visualizar as diversas formas de atuação da Secretaria das Cidades nos territórios municipais através dos demais Programas sob sua responsabilidade, e de maneira geral, pode-se afirmar que direta ou indiretamente estas ações induzem ao fortalecimento das gestões municipais. Como exemplo cita-se o Programa Habitacional, no qual o trabalho em parceria, desenvolvido através de convênios de repasse de recursos, “forçou” as administrações municipais a se capacitarem e a se instrumentalizarem. Esta é uma aprendizagem que contribui para a mudança do perfil dos gestores e técnicos municipais.

Ciente da importância crescente do fortalecimento das administrações dos municípios, o Governo do Estado, criou em 2011 o Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades – IDECI, vinculado à Secretaria das Cidades. Esse Órgão atuará no apoio aos municípios do Estado do Ceará, por meio de ações voltadas para o reordenamento fundiário de áreas urbanas, apoio técnico à gestão municipal e o desenvolvimento de projetos para a melhoria da infraestrutura dos municípios cearenses. Durante todo o ano em análise foram envidados esforços para definição do arcabouço institucional, formação da equipe e estruturação física do novo órgão.

3.1.1. Municípios com ações de gestão municipal (%)

O indicador refere-se ao número de municípios do Estado do Ceará beneficiados com ações que contribuem para o fortalecimento da gestão municipal.

A Secretaria das Cidades para execução de seus Programas e Projetos realiza, de forma complementar, ações que visam à concretização e a sustentabilidade das ações programadas. É fundamental que o desenvolvimento de uma ação do governo estadual em determinado território tenha não só o respaldo e aceitação do Poder Local, mas também o envolvimento efetivo em todas as suas etapas, sendo, portanto indispensável que os seus gestores sejam capacitados e informados para esta finalidade. A desinformação dos agentes locais e a fragilidade dos instrumentos de controle interno e social dificultam, sobremaneira, o alcance da boa gestão.

Relacionado especificamente ao Programa Cidades do Ceará I (223), foram nove os municípios selecionados como área de abrangência para atuação do Estado em gestão municipal fortalecida. No ano de 2009 este número já foi alcançado. Com base nessa constatação, se não houver outros programas com este propósito, permanecerá nove o número de municípios com ações de gestão municipal. Este é um problema conceitual que vai apresentar uma posição

desfavorável em um estudo comparativo entre o ano de 2006 e 2011 uma vez que se comparam ações de caráter diferente.

Em 2006 a capacitação de gestores públicos municipais foi desenvolvida em 2 módulos divididos em 6 cursos de 40 horas cada: Licitação, Contratos, Convênios e Pregões; Auditoria Interna Municipal; Contabilidade Pública Municipal; Planejamento Estratégico, Plano Plurianual e Orçamento Municipal; Elaboração, Análise e Gestão de Projetos e Captação de Recursos; Gestão de Pessoas e Legislação de Recursos Humanos. Foram realizados eventos através de convênio celebrado entre a então Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional – SDLR e a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC, com a interveniência da então Secretaria de Agricultura e Pecuária – SEAGRI, no âmbito do Programa Sertão Vivo. Foram beneficiados 386 técnicos e gestores de 82 municípios do Estado do Ceará.

No ano de 2007, primeiro ano de uma nova gestão, foi revista a estratégia utilizada até então e idealizadas novas propostas dentre as quais se projetam a criação do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – NEAAPL-CE cuja coordenação compete a Secretaria das Cidades e a revitalização de 3 Conselhos de Desenvolvimento Regional: Cariri, Ibiapaba e Baixo Jaguaribe. Não foram realizadas capacitações para gestores públicos ou técnicos municipais, porém foram desenvolvidas outras atividades que contribuíram para o fortalecimento da gestão municipal tais como, a realização de três Seminários de Desenvolvimento Regional que contaram com a participação de 227 representantes da sociedade civil e do poder público e a realização da 3ª Conferência Estadual das Cidades, com 520 participantes. Este ano apresentou, como destaque, a intensificação das negociações internas e externas para a formatação do Programa Cidades do Ceará I.

Através desse Programa foi realizado em 2008 o curso sobre Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial tendo como beneficiários o quadro técnico das prefeituras municipais de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. Deu-se o início da concentração de ações de capacitação na Região do Cariri, visando o fortalecimento da região e sua consolidação como um pólo de atração de investimentos e competências, com o objetivo de reduzir a macrocefalia da RMF. Uma das metas do Programa é a capacitação contínua de gestores e técnicos municipais, embora em determinados momentos ela ocorra pontualmente, através da participação em cursos com temáticas específicas. A partir deste ano a meta permanente deste indicador, vinculada a esse Programa, é atender nove municípios.

Em 2009, o Programa beneficiou os nove municípios de sua área de abrangência com capacitação e 26 técnicos em planejamento e gestão do desenvolvimento regional e conteúdos sobre a temática *Poderes Locais*. Destacou-se nesse ano a formação do Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental (NGSA) o qual é responsável pelo acompanhamento e monitoramento das intervenções bem como pela coordenação das ações sócio-ambientais do projeto e pela supervisão ambiental das obras. O processo de eleição dos membros do Núcleo foi conduzido por consultores contratados, com especialidade nas áreas ambiental e social.

No ano de 2010 foram efetuadas ações de fortalecimento das gestões para os nove municípios da Região Metropolitana do Cariri e, embora não possam ser computadas no âmbito dos dois produtos vinculados ao indicador, deve ser citado que foram realizadas outras 88 atividades, incluindo-se: Workshop para a apresentação das Diretrizes do Plano de Negócios do CITE – Centro Inovação Tecnológica do Cariri; Workshop para discutir o Plano de Ação do Geopark; Oficina de Consolidação do Plano de Reassentamento e Gestão Regional; 42 Reuniões de articulação, técnica, cooperação e integração institucional; 22 Reuniões técnicas para acompanhamento dos Estudos e Projetos em

elaboração; e 17 Visitas técnicas de campo na Região do Cariri com objetivo de reconhecimento das áreas de implementação das intervenções previstas.



3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Programa Cidades do Ceará (223) – O Programa elenca um único produto para o alcance do indicador setorial “Municípios com ações de gestão municipal”. Trata-se de “Capacitação realizada”, com dois indicadores: “Nº de técnicos municipais capacitados” (Meta: 50; Realizado: 36) e “Nº de gestores municipais capacitados” (Meta: 9; Realizado: 0).

A meta relativa à capacitação de técnicos estipulada em 50 pessoas teve uma execução de 72,0%, correspondendo a 36 pessoas capacitadas, sendo 18 delas membros do Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental – NGSA e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri – CONDIRC nas áreas de licenciamento, educação e gestão ambiental e 18 técnicos nas áreas de atualização e manutenção dos sites municipais.

A meta relativa à capacitação de gestores não apresentou execução. Esta meta não foi executada em virtude das exigências contratuais do BIRD. Em decorrência do reduzido número de empresas interessadas, problema que tem retardado as contratações, foi encaminhado a esse órgão financiador solicitação de não-objeção da “Lista Curta” que, uma vez aprovada, permitirá solicitar propostas às empresas que apresentaram os melhores portfólios.

3.2.2 Influência de Produtos Sobre o Resultado

Para avaliar o alcance do resultado setorial Gestão municipal fortalecida foi elencado um único produto o qual apresenta coerência por referir-se à capacitação tanto de gestores como de técnicos municipais. De fato, pode-se afirmar a importância fundamental da capacitação como fator impulsionador para uma gestão municipal fortalecida, tendo por foco o desenvolvimento de um projeto específico: Cidades do Ceará I.

Entende-se o termo capacitação como um processo para preparar gestores e técnicos, a fim de melhorar a qualidade do trabalho despendido no desenvolvimento das suas funções e gerando um capital intelectual que pode ser considerado uma riqueza para as administrações municipais. Em função da dificuldade em mensurar a importância de eventos de natureza diversa, tais como workshop ou reuniões como meios de capacitação, optou-se por considerar capacitado apenas aqueles que participaram de cursos estruturados.

Embora se reconheça que eventos promovidos ou apenas apoiados pelo Programa favoreçam para aumentar a percepção de técnicos e gestores em pensar localmente e agir regionalmente, a oferta de governo na capacitação dos mesmos ainda não é suficiente para que se possa considerar, na região, uma gestão municipal fortalecida.

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

Em relação ao acesso aos Serviços de Abastecimento de Água e Serviços de Esgotamento Sanitário, da população de Fortaleza e do Interior do Estado, os fatores que contribuíram para o êxito dessas ações estiveram relacionados: ao crescimento dos investimentos no período, não obstante o tempo necessário para sua maturação; ao monitoramento sistemático de indicadores de cobertura de alguns programas de investimento (Operação SWAP e Matriz de GPR); da adoção de ferramentas metodológicas para executar o gerenciamento estratégico, tendo em vista o controle e avaliação de metas e resultados (Balanced Scorecard); da melhoria contínua dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes, para a manutenção dos investimentos realizados e da elevação do número de concessões conquistadas pela Companhia, no período.

A relação de parceria estabelecida com as Prefeituras Municipais foi de fundamental importância para a implantação das soluções em saneamento básico. Outras parcerias decisivas foram formalizadas junto a órgãos do Governo Federal, a exemplo da CAIXA ECONÔMICA, com o qual a Cagece celebra os contratos de empréstimo para financiamento de estudos e projetos. Merecem destaque ainda os esforços despendidos para captação de recursos provenientes do Orçamento Geral da União, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

Como fator fundamental de risco existe que pode comprometer as ações nessa área é o fato de que é papel do Estado disponibilizar estes serviços para a população, mas é uma decisão pessoal de cada cidadão aderir ou não ao serviço. Para aumentar o percentual de adesão é preciso que sejam desenvolvidos continuamente programas e ações de sensibilização e esclarecimentos junto ao público. Outra medida viável será fazer-se uma revisão das condições para a inclusão dos beneficiários na tarifa social. Acredita-se que, em termos práticos, o que deixaria de ser faturado com a cobrança desse serviço será economizado o que seria gasto no atendimento dispensado pela rede de saúde pública.

Em relação às ações direcionadas para destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, tem-se mostrado como o caminho mais acertado a seguir é a orientação do Governo Federal para implantar aterros regionalizados geridos por meio de consórcios públicos. Trata-se de soluções responsáveis que garantem a otimização do uso dos recursos disponíveis. Deve-se salientar ainda que esta estratégia de trabalho viabiliza a gestão pública nos espaços metropolitanos, nos quais a solução de problemas comuns só pode acontecer por meio de políticas e ações conjuntas e permite que pequenos municípios ajam em parceria e, nessa ação conjunta, melhorem sua capacidade técnica, gerencial, financeira e a qualidade do serviço público prestado a população.

A principal dificuldade consiste em mediar interesses conflitantes de gestores públicos municipais e os trâmites burocráticos para captação de recursos juntos ao Governo Federal. É de fundamental importância destacar que ao se definir uma área de deposição final de resíduos sólidos como um aterro sanitário não se leve em conta somente a sua construção, mas principalmente sua operacionalização. Portanto é preciso que cada aterro instalado seja administrado de forma competente para fazer jus ao nome, Aterro Sanitário, não se transformando posteriormente, em novos "lixões".

Em relação ao beneficiamento de famílias com habitações de interesse social adequadas tem-se como principal fator de sucesso as parcerias estabelecidas com o Governo Federal para captação de recursos tanto através da CAIXA ECONÔMICA, como no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que tem ampliado significativamente o número de unidades habitacionais construídas.

Pela complexidade na execução dos projetos existe o risco que o investimento público feito para beneficiar uma determinada população carente, seja apropriado por outros segmentos sociais. Evitá-lo de forma preventiva é uma tarefa que precede a entrega da casa a cada família, permeia todo o processo de construção de cada residencial, seguindo-se até a consolidação da área. É preciso também que não sejam descuidados os trabalhos de natureza social para que possam garantir o estabelecimento de laços afetivos entre cada família e sua nova moradia e a ampliação das oportunidades de emprego e renda, para que possam fazer frente às despesas inevitáveis de qualquer proprietário que tenha seu imóvel urbano financiado .

De forma corretiva é preciso a realização de levantamentos detalhados em cada comunidade beneficiada de forma a evitar a ação de oportunistas que utilizam famílias como “laranjas” para conseguir imóveis construídos com recursos públicos. Trata-se de pessoas que pagam a famílias para se cadastrarem e posteriormente repassarem o imóvel. Esta é uma ação duplamente prejudicial, pois ao tempo que existe uma apropriação indébita do imóvel inclui a família supostamente beneficiada em um cadastro que a impede de acessar um novo benefício da mesma natureza. O acompanhamento da ocupação dos imóveis em etapas posteriores a entrega, pode identificar e corrigir estes desvios inclusive mediante ações judiciais.

No tocante as ações de estruturação urbana tem-se como principal fator de sucesso a implementação do Programa de Cooperação Federativa – PCF o qual motivou mais fortemente os parlamentares a atuarem no atendimento das demandas das prefeituras municipais cearenses. Deve ser considerado como fator de risco o empenho dispensado por estas administrações na manutenção das obras realizadas e a conscientização da população quanto aos benefícios sociais destes bens de uso público.

Em relação ao beneficiamento dos produtores com ações de fortalecimento dos arranjos produtivos locais, pode-se considerar como o principal fator de sucesso a implantação do processo de seleção de projetos por meio de Editais. Esta estratégia de trabalho democratizou o acesso aos recursos públicos destinados para esta finalidade. O risco de desarticulação da atividade produtiva após a fase de financiamento dos projetos é real e vem sendo trabalhado com a continuidade do apoio técnico pelo tempo que se fizer necessário para consolidação do negócio.

O fortalecimento das gestões municipais tem concentrado ações na Região Metropolitana do Cariri. São desenvolvidas atividades que aparentemente já se encaminham na formação de gestores cientes e conscientes da potencialidade de desenvolvimento da região e dos direitos e deveres a serem assumidos pelas administrações municipais neste processo. Embora represente um número pequeno de municípios beneficiados frente ao total de municípios do Estado, estão situados em uma região de visibilidade e com potencialidade de multiplicar seus efeitos. É preciso, entretanto expandir essas ações para outras regiões, desenvolvendo atividades de capacitação principalmente para técnicos municipais cuja permanência extrapole uma gestão e que venham a se constituir no capital intelectual que é indispensável para o desenvolvimento endógeno de nossos municípios.

III. LIÇÕES APRENDIDAS

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda." (Paulo Freire)

Todas as lições aprendidas têm por base a evidência de que é preciso educar, pois todos os esforços podem ser perdidos se não forem apoiados em processos educativos. Se este esforço educativo for eficiente pode-se estar convicto que foram plantadas as sementes não somente para a melhoria das condições de habitabilidade, à formação de cidades e regiões competitivas bem como para o fortalecimento das gestões municipais. Pode-se estar cientes de ter colaborado para a formação de uma sociedade mais justa e solidária e o desenvolvimento de uma economia voltada para uma vida melhor.

O desenvolvimento de ações de educação sanitária e ambiental é uma premissa fundamental para o sucesso dos esforços de promoção de saneamento básico. De nada adianta construir banheiros e disponibilizar redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário se o primeiro não tiver uso adequado e se a adesão ao serviço não se concretizar. Além da visão mais restrita relativa aos benefícios que o uso dos serviços ofertados proporciona diretamente à família agraciada é preciso que se interiorize a importância do comportamento de cada um para a preservação do meio ambiente inculcando de forma eficiente a máxima que preconiza o "agir localmente e pensar globalmente". Este no fundo é um trabalho de educação política, de formação de cidadãos conscientes, que propicia a construção de valores voltados para uma atuação responsável na sociedade.

Na área habitacional faz-se cada vez mais importante e necessário a eficiência do trabalho técnico social. É preciso disseminar e fortalecer o entendimento da moradia como um direito social e a ação do Estado ao construir e distribuir unidades de interesse social, como um reconhecimento deste direito. Note-se, entretanto que o público beneficiário desta ação é carente não apenas de um teto, mas na maioria das vezes das condições mais básicas de vida. O acesso à casa própria pode ser considerado um momento ímpar para a inclusão de um grupo familiar na sociedade. Através de ações desenvolvidas antes, durante e depois do reassentamento pode-se criar as condições para isto, capacitando e facilitando a geração de emprego e renda, fortalecendo laços de identificação com os demais membros da nova comunidade, colaborando para adoção de hábitos necessários para a vida em grupo, entre outros costumes.

É preciso criar inclusive laços afetivos com relação à nova morada além, de oferecer as mínimas condições para mantê-la em boas condições. As experiências têm mostrado que não importa o quão seja agradável o novo teto adquirido porque, se faltarem as condições primordiais para sobrevivência da família, o imóvel é vendido, em regra, para adquirentes com maior poder aquisitivo.

A deposição final adequada de resíduos sólidos vem sendo tratada de forma responsável e conseqüente, mas apesar do alto índice de cobertura da população urbana com coleta domiciliar de lixo, as cidades do Ceará acumulam lixo em suas vias públicas. Embora esse serviço seja de responsabilidade da esfera municipal, essa falta de cuidado com a manutenção da limpeza merece ser discutida, porque seus efeitos se manifestam diretamente na saúde pública, também de competência estadual. Portanto, é fundamental que os planos e projetos incluam ações educativas e medidas punitivas para infratores que agredem o meio ambiente.

A construção de obras públicas tem garantido uma ambiência mais agradável para as nossas cidades, porém após a sua conclusão são entregues aos administradores municipais que se responsabilizam pela sua manutenção. É

necessário que sejam desenvolvidas ações para que o cidadão perceba a importância e o sentido do bem público como aquele que é de propriedade da coletividade.

O apoio a Projetos Produtivos obteve resultados animadores por incluir a capacitação de seus responsáveis sobre gestão financeira e prestação de contas. Este foi um entrave que se apresentou em 2009 e foi superado em 2010. É importante considerar que os beneficiários são em sua maioria, pessoas simples que não têm por hábito a prestação de contas de recursos públicos dentro das exigências legais. Capacitá-los neste assunto mais que facilitar o trâmite de recursos faz com que se empoderem de mais uma etapa do processo. Substituindo o assistencialismo por uma pedagogia de gestão auto-sustentável dos seus próprios negócios, torna-os mais aptos a buscarem novas fontes de financiamentos e a participarem, com maior propriedade, das particularidades do mercado.

Finalmente, é importante evidenciar que as programações anuais têm que ser elaboradas considerando, como fato real, a existência de um calendário eleitoral que de dois em dois anos impõe restrições a atuação pública durante determinado período e a ocorrência de chuvas durante o inverno, o que dificulta o andamento das obras. Estes fatos mencionados devem nortear o cronograma anual de cada projeto executado contribuindo, desta forma, para melhorar a eficiência das ações planejadas e evitar frustrações de expectativas.